

AGRICULTURA  
AGRICULTURA  
AGRICULTURA  
AGRICULTURA

E  
ESTABILIZAÇÃO

NO  
BRASIL  
BRASIL  
BRASIL  
BRASIL

**Coletânea de Artigos  
1995 - 1998**

Organizador  
*José Roberto Mendonça de Barros*

Coordenador Editorial  
*Evandro Fazendeiro de Miranda*

Ministério  
da  
Fazenda





# **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Presidente  
**Fernando Henrique Cardoso**

## **MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Ministro  
**Pedro Sampaio Mallan**

## **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**

Ministro  
**Francisco Sérgio Turra**

## **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA**

Diretor-Presidente  
**Alberto Duque Portugal**

Diretores-Executivos  
**Elza Angela Battaglia Brito da Cunha**  
**Dante Daniel Giacomelli Scolari**  
**José Roberto Rodrigues Peres**



Ministério  
da  
Fazenda

Ministério da  
Agricultura e do  
Abastecimento



# **AGRICULTURA E ESTABILIZAÇÃO NO BRASIL**

**Coletânea de Artigos  
1995 - 1998**

**Organizador**

*José Roberto Mendonça de Barros*

**Coordenador Editorial**

*Evandro Fazendeiro de Miranda*

**Embrapa**

---

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Serviço de Produção de Informação*

*Brasília, DF  
1998*



**Organizador**

José Roberto Mendonça de Barros

**Coordenador editorial**

Evandro Fazendeiro de Miranda

**Produção editorial, impressão e acabamento**

Embrapa Produção de Informação

**Revisão de provas**

Raquel Lemos

**Editoração eletrônica**

José Batista Dantas

**Criação da capa**

Carlos Eduardo Feliche Barbeiro

Tiragem: 1.000 exemplares

CIP-Brasil. Catalogação-na-publicação  
Embrapa. Serviço de Produção de Informação-SPI.

---

Agricultura e estabilização no Brasil. Coletânea de artigos.  
1995-1998 / José Roberto Mendonça de Barros,  
organizador; Evandro Fazendeiro de Miranda, coordena-  
dor. - Brasília : Embrapa-SPI / Ministério da Fazenda, 1998.  
183p.

ISBN 85-7383-028-X

1. Agricultura - Aspecto econômico - Brasil. I. Barros, José  
Roberto Mendonça de, org. II. Miranda, Evandro Fazendeiro de.

CDD 338.10981

---

© Embrapa 1998



## **Apresentação**

*A idéia de organizar a presente coletânea de artigos é oportuna. Permite avaliar o desempenho da agricultura e as transformações que marcaram esse importante setor da atividade econômica no período entre 1995/98, que constitui o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.*

*A leitura dos 19 artigos que a compõem deixa claro que tudo começou com a decisão de enfrentar o desafio de restaurar a liquidez da agricultura (“Por que Securitizar a Dívida Agrícola?”), fortemente abalada por uma crise de endividamento herdada do passado.*

*Na seqüência, fica claro como foram lançadas “as bases da nova política agrícola”, com a apresentação dos novos instrumentos que têm possibilitado à agricultura comercial operar segundo as regras de mercado, preservados, no entanto, os necessários mecanismos de proteção. Assim, o Prêmio de Escoamento de Produto é um instrumento vitorioso e constitui o exemplo mais ilustrativo dessa tendência, abrindo espaço para a ampliação do gasto público com o fortalecimento da agricultura familiar e o avanço da reforma agrária.*

*A recuperação da renda e da produção agrícolas encerra uma transição difícil (“a volta à normalidade”), revelando a capacidade de resposta da agricultura, que sai fortalecida e pronta para desempenhar um papel ainda mais importante no processo de desenvolvimento econômico e social do País.*



*A agricultura continua sendo um “um elo forte” – o conjunto da obra não deixa dúvida a esse respeito. O que não dispensa uma avaliação dos desafios a serem enfrentados para o avanço de sua modernização, conforme é mostrado com competência no final da presente coletânea de artigos.*

*O Dr. José Roberto Mendonça de Barros (Secretário de Política Econômica do atual Governo até mar./98 e atual Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior), organizador e co-autor dos artigos que compõem esta coletânea, por ser um homem de academia (professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo) e ao mesmo tempo, profundo conhecedor da realidade econômica brasileira, revelou-se um arguto formulador de política econômica e, com seus parceiros, contribuiu para tornar realidade a prioridade conferida à agricultura no atual Governo.*

*Os artigos que compõem esta coletânea não deixam dúvida que, sempre com senso de oportunidade, seus autores trouxeram para o centro do debate econômico as questões relacionadas à agricultura brasileira, evidenciando a contribuição irrefutável desse setor para a consolidação do Real, fazendo justiça ao título do livro que com satisfação ora apresento: “Agricultura e Estabilização no Brasil”.*

**Clovis de Barros Carvalho**  
**Ministro-Chefe da Casa Civil**  
**Presidência da República**

# Sumário

Introdução .....	7
O Desempenho da Agricultura Brasileira .....	13
O Plano Real e o Consumo de Alimentos.....	21
A Recuperação da Renda Agrícola .....	27
Balança Comercial Agrícola Resiste à Queda da Safra .....	35
Política Agrícola: uma agenda para 1996 .....	45
O Comportamento Internacional dos Grãos .....	53
Por Que Securitizar a Dívida Agrícola?.....	61
Entressafra Agrícola.....	71
As Bases da Nova Política Agrícola (I) .....	79
As Bases da Nova Política Agrícola (II).....	87
As Bases da Nova Política Agrícola (III) .....	95
A Agricultura e o Custo Brasil.....	103
O Desempenho da Agropecuária em 1996 e as Perspectivas para 1997.....	111
O Que Está Acontecendo com a Agricultura Brasileira? .....	119
Agricultura: a volta à normalidade .....	129
Estoques Públicos de Alimentos.....	137
A Agricultura e o Resultado Fiscal de 1997 .....	147
Agricultura: um elo forte .....	155
O <i>El Niño</i> e os Velhos Argumentos.....	163
Considerações Finais (Agricultura: desafios e perspectivas).....	171





## Introdução

*A trajetória da agricultura brasileira no horizonte de análise objeto desta coletânea de artigos (1995/98) deve ser avaliada em duas fases distintas. A primeira delas caracteriza-se pela inquestionável contribuição do setor agrícola para a consolidação do Real, ao assegurar a adequada oferta de alimentos, que se materializou na safra recorde de grãos colhida na temporada 1994/95 (80 milhões de toneladas).*

*A despeito da elevação substancial no consumo de alimentos provocada pela melhoria de renda, principalmente das camadas mais pobres da população, que se beneficiaram com a queda da inflação, o choque favorável de oferta agrícola conferiu à agricultura a condição de "âncora verde" do programa de estabilização, e, ao mesmo tempo, resultou em queda nominal nos preços dos alimentos. A redução da renda agrícola daí decorrente, embora menor do que alardeada naquela oportunidade, aliada aos problemas de endividamento dos agricultores, que vinham se acumulando devido ao uso da TR, no passado, como indexador do crédito rural, levou o Governo a promover a chamada securitização da dívida agrícola.*

*A rolagem da dívida dos agricultores (com prazo de até dez anos e taxa de juros 3% a.a. mais variação do preço mínimo) veio restaurar a liquidez da agricultura, constituindo-se, juntamente com a prefixação dos encargos financeiros do crédito rural, elemento essencial no movimento de volta do setor à normalidade, após a mencionada queda*



*da renda agrícola, ocorrida em 1995, e da produção de grãos, no ano subsequente (73,5 milhões de toneladas).*

*Equacionado o problema de endividamento (out/96), a segunda fase consistiu no lançamento dos novos instrumentos de política agrícola (contratos de opções, prêmio de escoamento de produto, EGF Indústria, zoneamento agrícola, preços mínimos regionalizados, etc.) — consolida-se também o uso da Cédula de Produto Rural — CPR como instrumento de financiamento rural —, conferindo à agricultura o suporte necessário para continuar crescendo em bases sustentadas, integrando-se à dinâmica de uma economia que está passando por profundas mudanças estruturais.*

*As bases em que se assenta a nova política agrícola conferem à iniciativa privada papel crescente no aporte de recursos para financiar os segmentos já integrados ao mercado, tornando o setor rural menos dependente de recursos oficiais. Com isso, reserva-se ao Estado, prioritariamente, a tarefa de assistir aos agricultores de base familiar (por intermédio do Pronaf, foram concedidos financiamentos no valor aproximado de R\$ 2,4 bilhões, desde a implantação do programa até o final de 1997, tendo beneficiado aproximadamente 500 mil produtores rurais neste último ano), assim como promover a reforma agrária (no período 1995/97, foram assentadas cerca de 186 mil famílias, ou seja, 62 mil famílias por ano, constituindo-se num resultado muito superior à média registrada no período 1964/94 de 7.300 famílias).*

*Nesse ambiente de mudanças, que decorrem da estabilidade monetária, da abertura comercial e da reforma do*

*Estado (incluindo as privatizações), a agricultura vem respondendo com expressivos ganhos de produtividade e melhoria da qualidade em diversos segmentos, capacitando-os para enfrentar a concorrência dos produtos importados e ampliar sua participação no mercado internacional. A propósito, em 1997, a ampliação do saldo da Balança Comercial Agrícola da ordem de US\$ 2,7 bilhões deveu-se não somente ao aumento de preços, mas sobretudo à elevação da quantidade exportada, além da redução no valor das importações de alimentos. Corroborando essa tendência, o índice de preço e de quantum das exportações, divulgado pela Funcex, registrou expansão de 8,5% nos preços e 11,6% na quantidade exportada de produtos básicos, considerando-se a variação acumulada em 1997 relativamente ao ano anterior.*

*Com o objetivo de ampliar a competitividade dos diversos segmentos produtivos, as ações voltadas à redução do chamado "custo Brasil", embora tenham evoluído num ritmo mais lento do que o desejado, vêm apresentando inegável avanço, especialmente no caso da agricultura, tanto no campo tributário (desoneração de ICMS nas exportações de produtos básicos e semi-elaborados) quanto no financeiro: a) prefixação das taxas de juros do crédito rural (atualmente 8,75% a.a.); b) redução a zero das alíquotas do IOF na captação de recursos externos e nas operações de crédito destinadas à comercialização de produtos agrícolas (NPR/duplicata rural); e c) além da redução pela metade das alíquotas do Proagro.*

*No campo da infra-estrutura, têm sido expressivos os ganhos de eficiência alcançados com a conclusão da*



*privatização da Rede Ferroviária Federal e de diversos terminais portuários. Além disso, a mudança na logística de transportes, integrando rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, está promovendo o reordenamento das atividades produtivas em todo o território nacional, incorporando de forma definitiva ao processo produtivo as regiões mais afastadas da fronteira agrícola.*

*Adicionalmente, cabe um registro acerca das perspectivas que se abrem em termos de negócios, especialmente no setor agroindustrial, a partir da estabilidade da moeda. A recuperação entre os agentes econômicos da capacidade de planejar suas decisões tem possibilitado a realização de novos investimentos para atender à demanda crescente por alimentos e, também, por produtos de maior qualidade. O prêmio por qualidade que os consumidores se dispõem a pagar aumenta o retorno dos investimentos — isto vale para produtos desde os mais simples, a exemplo do feijão, até para outros que têm um ciclo de produção longo como o café —, vindo ao encontro de uma tendência que ganha força no agribusiness, que passa a tratar os negócios numa visão ampliada de adensamento das cadeias produtivas.*

*Ainda a propósito da estabilização, é importante registrar dois outros aspectos dela decorrentes diretamente relacionados à agricultura. O primeiro deles diz respeito a redução pela metade no preço real da terra, que, ao deixar de funcionar como reserva de valor, está possibilitando o reordenamento da estrutura fundiária do País.*

*O outro aspecto é a acomodação de mudanças nos preços relativos em setores importantes da economia, sem comprometer a trajetória de queda da inflação, haja vista a*



*recomposição dos preços dos produtos agrícolas ocorrida nos dois últimos anos. Com efeito, o índice de preços por atacado (IPA-DI) acumulou altas de 8,1% e 7,8% em 1996 e 1997, respectivamente, registrando elevações inferiores ao IPA-Agrícola, que se expandiu 17,3% e 17,7% na mesma ordem, contribuindo para a elevação da renda dos agricultores. Aliado ao aumento da produção de grãos (78 milhões de toneladas), em 1997, a recuperação da renda agrícola (segmento Lavouras), em termos reais, da ordem de 2% e 5%, em 1996 e 1997, respectivamente, marca o encerramento da segunda fase que traz a agricultura de volta à normalidade.*

*As estimativas para a safra 1997/98 (em que pese a revisão de 81 para 78 milhões de toneladas em decorrência dos efeitos provocados pelo “El Niño”) e a expansão prevista da renda agrícola (a Conab/MAA estimou um crescimento de até 7% em termos nominais em 1998) não deixam dúvida que emerge do processo de reestruturação produtiva que vem ocorrendo no País, a partir do Real, uma agricultura mais forte e preparada para ocupar o destacado papel de fornecedora de alimentos, geradora de emprego e de divisas — não foi por outra razão que o setor foi preservado das medidas de ajuste adotadas para enfrentar os efeitos da crise asiática — no novo modelo de longo prazo delineado para a economia brasileira.*

***José Roberto Mendonça de Barros***

*Secretário de Política Econômica do Ministério  
da Fazenda até mar./98 e atual*

*Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior*

***Evandro Fazendeiro de Miranda***

*Coordenador-Geral de Política Agrícola/SPE/MF*



# **O Desempenho da Agricultura Brasileira**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*





## **O Desempenho da Agricultura Brasileira**

*(Artigo publicado no O Estado de S. Paulo,  
em 27.12.95)*

A agricultura brasileira deverá apresentar um crescimento de cerca de 6,1% em 1995, segundo projeções feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Contribuiu para esse notável desempenho a safra recorde de grãos colhida no corrente ano (cerca de 80 milhões de toneladas) e a expansão da produção pecuária. A Pecuária tem apresentado expansão generalizada, haja vista o crescimento do abate de bovinos (11,7%), suínos (18,8%) e aves (14,7%) entre janeiro a setembro de 1995 em comparação a igual período do ano anterior. É expressiva também a evolução da produção de leite (9,4%) e de ovos (7,5%) no período focalizado.

A maior oferta agrícola traduziu-se em alimentos mais baratos para a população, beneficiando principalmente as camadas mais baixas que despendem parcela significativa da sua renda com gêneros alimentícios, portanto, resultando em forte impacto distributivo. Esse efeito positivo sobre a renda decorrente da mudança nos preços relativos dos alimentos, ao qual se somam os ganhos alcançados com a estabilização da moeda, pode ser medido através do aumento do consumo aparente por habitante dos principais grãos (arroz, feijão, milho e trigo), que apresentou um significativo crescimento de 8,7%, comparando-se a posição de 1995 re-

lativamente a 1993. Cresceu também o consumo aparente por habitante das proteínas de origem animal com uma elevação de cerca de 12,1% em idêntico período de comparação. Outro aspecto importante a ressaltar é que esses ganhos obtidos pela população tendem a se consolidar, não somente pela manutenção da estabilidade, mas pela perspectiva de normalidade no abastecimento, o que afasta pressões adicionais sobre os preços dos alimentos.

A elevação das vendas de fertilizantes indica que o plantio da safra de verão 1995/96 vai se normalizando. Com efeito, o nível de vendas de fertilizantes atingiu 1,75 milhões de toneladas em outubro, constituindo-se recorde histórico, situando-se 3,7% acima da posição registrada no mesmo mês de 1994. No acumulado janeiro a outubro de 1995 relativamente ao mesmo período de 1994, a queda é ainda de 9,4%.

A Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDA) está projetando um volume de vendas em torno de 10,5 milhões de toneladas neste corrente ano, nível semelhante ao registrado em 1993, embora menor do que o alcançado em 1994, quando atingiu 11,9 milhões de toneladas. Esses dados, se ajustados pela redução da área plantada, tornam a queda no consumo menos expressiva e demonstram que as lavouras vêm sendo conduzidas com adequado uso de insumos modernos.

Outro dado relevante é o volume total de crédito concedido pelo Banco do Brasil, cuja expansão no período de janeiro a dezembro de 1995 foi de 3,6% comparado com igual



período anterior. Ainda mais representativa é a evolução do crédito de custeio para as demais culturas (exceto soja que vem contando com dinheiro externo), cujo montante de recursos atinge cerca de R\$ 1,5 bilhão no segundo semestre do corrente ano, acusando valor praticamente igual ao aplicado em idêntico período do ano passado, o que indica que o financiamento da safra de 1995/96 vai se normalizando.

Adicionalmente, convém registrar que as expectativas que predominavam no mercado em meados do ano eram de que a área plantada cairia de 20% a 30% na safra de verão, o que não aconteceu. Outro dado desfavorável que circulava nesta época era de que a renda do setor agrícola havia se reduzido em cerca de R\$ 9,2 bilhões, o que não se verificou. Está hoje claro que houve um erro de deflacionamento nos preços de julho de 1994, o qual corrigido implica em perda muito menor, ou seja, R\$ 4,0 bilhões, segundo estudos divulgados pela Agroanalyses (FGV).

Para reverter esse quadro de pessimismo, o Governo adotou um conjunto de medidas de estímulo à produção, cabendo destacar:

1. Fixação de regras para o custeio da safra 1995/96 em tempo oportuno e com adequada distribuição dos recursos por tamanho de produtor e tipo de cultura, o que permitiu dar a sustentação inicial para todo o sistema produtivo, bem como pré-fixando a taxa de juros nominais em 16% ao ano para financiamento de custeio e comercialização, atendendo a uma velha aspiração dos produtores rurais e constituindo-se também numa firme aposta do Governo na estabilização da economia.

2. Adoção de uma política de comercialização dos estoques públicos, que calibrou adequadamente os preços durante a entressafra, permitindo que subissem suavemente nesse período, de modo a manter o setor com preços estimulantes no momento que antecede o plantio.
3. Ainda com relação ao crédito rural, foi importante: a) exclusão da agricultura do aumento das alíquotas do IOF aos recursos captados no exterior, o que facilitou a entrada de recursos externos para o setor agrícola (US\$ 1,0 bilhão até o final de 95); b) criação do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger-Rural) e Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), apoiando as atividades rurais dos mini e pequenos produtores, com recursos em volume suficiente e taxas de juros compatíveis (12% ao ano); c) definição de novas regras para o Finame Rural, com destaque para a substituição da TR pela TJLP, bem como aumento dos prazos de financiamento de 5 para 7 anos; e d) operacionalização de linha de crédito especial de R\$ 700 milhões para cooperativas integralizarem as cotas-partes do capital social e promoverem seu saneamento financeiro.
4. Regularização das pendências do chamado Proagro Velho, dando maior fluidez às operações de crédito rural, na medida que soluciona pendências de safras anteriores entre mutuários e agentes financeiros e promove o retorno de recursos aplicáveis em novos financiamentos. O Governo sinaliza também firme disposição de regularizar as pendências financeiras do chamado Proagro Novo

com a criação de Grupo de Trabalho que visa solucionar suas pendências financeiras, resgatando a credibilidade deste instrumento para que funcione como diluidor e minimizador de riscos, normalmente elevados, inerentes à atividade rural.

5. Como medida para proteger a agricultura da concorrência em condições de desigualdade foi fixado à vista o prazo de pagamento para as importações de arroz e milho e com o mesmo objetivo foi mantida em 10% a alíquota do imposto de importação para o trigo.
6. A renegociação das dívidas dos agricultores (securitização), com taxas de juros de 3% ao ano, além da variação do preço mínimo, e com prazo de pagamento de 7 a 10 anos, serviu para recuperar a liquidez do setor agrícola.

É oportuno registrar que os produtores de insumos em geral (sementes, fertilizantes e defensivos) voltaram a financiar o plantio da safra, contribuindo para dar maior liquidez à atividade rural. Nessa mesma linha, tem sido importante também a entrada de recursos externos através dos chamados Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), permitindo financiar culturas mais voltadas para exportação. O cenário de preços internacionais favorável em face da quebra de safra ocorrida no Hemisfério Norte, associado ao conjunto de medidas adotadas pelo Governo, permitiu que se revertesse o mencionado quadro de pessimismo existente entre os agricultores.

Desta forma, as diversas estimativas divulgadas de área



plantada para a safra de verão 1995/96 estão convergindo para uma redução em torno de 7%. Com isso, espera-se uma colheita de grãos da ordem de 74 milhões de toneladas, caso as condições climáticas evoluam satisfatoriamente e já computando-se as perdas decorrentes da estiagem que vem afetando as lavouras do Rio Grande do Sul. Diante das atuais circunstâncias, trata-se de um bom resultado, pois garante a tranquilidade do abastecimento, tendo em vista os elevados estoques governamentais existentes, claramente superiores a média dos últimos anos.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***

# **O Plano Real e o Consumo de Alimentos**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Alexandre L. Mendonça de Barros*





## **O Plano Real e o Consumo de Alimentos**

*(Artigo publicado na Folha de S. Paulo, em jan./96)*

Além da queda da inflação, o Plano Real trouxe em seu bojo uma elevação da renda das camadas mais pobres da população e, como consequência, uma elevação do consumo de alimentos.

Para evidenciar este movimento, a Secretaria de Política Econômica preparou e distribuiu uma tabela que mostra a evolução do consumo aparente per capita dos principais alimentos para o Brasil no período de 1985-95. Em virtude de alguns comentários e qualificações feitas aos dados, gostaríamos de colocar observações adicionais acerca do tema:

- 1) Em primeiro lugar, os dados são de consumo aparente, que é definido como produção mais importação menos exportação mais variação de estoques (os dados são também ajustados para perdas de comercialização). Este é um conceito muito bem definido e largamente utilizado na literatura, e só por brincadeira uma elevação no consumo aparente pode ser confundida por um “aparente” aumento no consumo, como colocou uma “analista” nesta **Folha**, em 31 de dezembro de 1995.
- 2) Clóvis Rossi em comentário publicado em 24 de dezembro de 1995, chamou a atenção para o fato que no período do Plano Cruzado e em alguns outros anos, certos

alimentos foram mais consumidos que nos dois últimos anos. Isto é verdadeiro, mas não desqualifica de forma alguma a observação de que o padrão alimentar melhorou nos dois últimos anos, como se verifica a seguir.

Na verdade, o que realmente interessa é o conjunto de alimentos, ou mais propriamente, o valor nutritivo da cesta de produtos ingeridos pela população. Este valor nutritivo é geralmente descrito pela quantidade de calorias e proteínas presentes nos alimentos, embora se saiba que outras características são também importantes.

Realizamos então o cálculo da evolução do consumo aparente (em kg/habitante/ano) dos seguintes alimentos: arroz, feijão, trigo, batata, mandioca, óleo de soja, carnes (de suínos, bovinos e frango), ovos e leite (apenas verduras, legumes e frutas, dos alimentos mais relevantes ficam fora da cesta). Este consumo foi, a partir de coeficientes técnicos, traduzido em quantidades de proteínas e calorias ingeridas por habitantes, diariamente. A evolução desta dieta, que pode ser comparada com a dieta recomendada de 2.440 calorias/dia e 60 gramas de proteínas/dia, como algo como 70% das proteínas vindo de produtos animais, foi a seguinte, de 1985 a 95: 2.274, 2.490, 2.277, 2.266, 2.370, 2.343, 2.370, 2.318, 2.334, 2.433 e 2.545 para calorias; 56, 64, 59, 60, 62, 62, 63, 64, 64, 66 e 71 para proteínas.

Duas conclusões principais saem dos dados: em primeiro lugar, ainda há muito que melhorar na área alimentar, uma vez que, embora as médias no fim do período se aproximem da dieta recomendada, sua distribuição não é, evidentemente homogênea, o que implica em carências ainda a superar.

Por outro lado, e este é o ponto básico deste artigo: há uma evidente correlação entre estabilização e melhora no padrão alimentar. Tanto em 1966 como nos dois últimos anos, a ingestão de calorias e proteínas fica acima da média: em 1995, por exemplo, consumiu-se mais 7,6% de calorias e mais 13% de proteínas que na média do período. A estabilização, portanto, produz melhora no padrão de vida das camadas populares e é condição precedente para o ataque aos problemas mais estruturais. É portanto grave erro reduzir a importância do controle da inflação; é mais grave ainda achar que a inflação já está controlada e não demanda mais cuidados.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, pós-doutorado em Economia pela Universidade de Yale (EUA). É Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Alexandre Lahóz Mendonça de Barros, doutorando em Economia Agrícola pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP (Universidade de São Paulo).***





# **A Recuperação da Renda Agrícola**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **A Recuperação da Renda Agrícola**

*(Artigo publicado na Gazeta Mercantil, em 08.02.96)*

A agricultura brasileira contribuiu inquestionavelmente para a consolidação da estabilidade da moeda em 1995. A elevação da produção e a queda da inflação trouxeram benefícios notórios para as camadas mais pobres da população.

A argumentação vista na imprensa é de que esses benefícios que se traduziram no aumento do consumo de alimentos somente foram possíveis por conta da perda de renda do setor agrícola (falava-se em R\$ 9,2 bilhões) ocorrida em 1995, que se constituiu numa transferência para os consumidores em geral. Argumenta-se ainda que os ganhos obtidos com o consumo ficam comprometidos diante da perspectiva de preços mais altos dos alimentos, em face do quadro de maior escassez em nível mundial que se traduzirá no aumento da renda agrícola em 1996.

A esse respeito cabem alguns esclarecimentos. Primeiramente, a redução na renda agrícola, em 1995, não foi tão acentuada como se afirmou, tendo sido na verdade muito menor, resultante de um equívoco na transformação de preços em URV para Real em julho de 1994. Segundo estudos realizados posteriormente, e admitido por todos os que não estão operando politicamente, a redução da renda em 1995 foi de algo como US\$ 4,0 bilhões.

Outro ponto que precisa ficar claro é que a transferência de renda em favor das camadas mais pobres da popula-

ção que provocou o aumento do consumo de alimentos decorreu da estabilização da economia ao preservar o poder aquisitivo dos salários. Na verdade, a maior transferência de renda foi proveniente do próprio Governo que, antes do Real, financiava-se pela inflação via emissão monetária, e também do setor financeiro, cuja participação na renda nacional ampliou-se de modo significativo durante o longo período de inflação crônica.

A renda do setor agrícola deverá de fato apresentar uma recuperação em 1996, estimada em cerca de 20% em termos nominais, segundo exercício feito pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda com sete produtos selecionados (algodão, arroz, café, feijão, milho, soja e trigo), que representam cerca de 55% do valor bruto da produção das lavouras.

Analisando-se a consistência do mencionado exercício, cumpre observar que, do ponto de vista da quantidade produzida, contribuirão positivamente para melhoria da renda agrícola, os aumentos previstos com a produção de café, trigo e feijão. Adotou-se uma hipótese conservadora para a produção de café em coco, ou seja, 2,5 milhões de toneladas (média dos últimos cinco anos), o que significa um incremento de 22%. O mercado, por sua vez, está trabalhando com uma safra de café beneficiado de 23 milhões de sacas, cerca de 10% maior que o número por nós utilizado.

No caso do trigo, a alta cotação do produto no mercado externo, associada a uma política de apoio à lavoura que deverá ser anunciada brevemente, estimulará os agricultores a aumentar a produção, que se estima em 2,8 milhões de



toneladas na próxima safra de inverno. Para o feijão, a previsão é de uma colheita de 3,2 milhões de toneladas em 1996 (acréscimo de 13%), já que a estrutura produtiva dessa lavoura permite o plantio de várias safras por ano.

Ainda com relação à quantidade produzida, contribuição negativamente as lavouras de algodão (-14%), arroz (-8%), milho (-13%) e soja (-5%), em razão da redução da área plantada na atual safra de verão, segundo dados do último levantamento de intenção de plantio realizado pela Conab.

Em termos de preços pagos aos produtores, espera-se uma recuperação para o arroz, milho, soja e trigo. O preço do arroz ao produtor deverá recuperar-se em razão da redução prevista na produção interna e da escassez do produto no mercado internacional. Quanto ao milho, soja e trigo, as altas esperadas a nível de produtor decorrem da quebra de safra no hemisfério norte e do fato de esses produtos terem seus preços formados no mercado internacional.

No caso do algodão, a hipótese adotada é de que os preços ficarão praticamente nos mesmos patamares do primeiro semestre do ano anterior em face do aumento dos estoques mundiais (cerca de 10%), em que pese a redução da safra americana (quebra de 7%), segundo o último Relatório do USDA.

Quanto ao café, embora o mercado esteja aquecido atualmente, adotaram-se os preços de tendência nos últimos dez anos que se situam abaixo da média observada no ano

passado. Para o feijão, optou-se por preços menores do que os praticados no primeiro semestre do ano passado na projeção realizada, utilizando-se a média dos últimos 12 meses, em razão do aumento esperado da produção.

Com relação à base de comparação em 1995, tomaram-se os preços pagos ao produtor no primeiro semestre, incluindo-se o mês de janeiro, tipicamente de entressafra, razão para se afirmar que, considerando-se outro período de comparação, por exemplo os meses de safra (fevereiro a junho), o aumento previsto na renda deveria ser maior ainda do que o estimado.

É importante registrar que as altas de preços dos grãos ocorrida no mercado externo e que se traduzirão em aumento de renda para os agricultores já foram incorporados em larga medida aos preços internos, já que o mercado antecipa tendências (vide o exemplo do trigo, cujos preços no período agosto a dez/95 subiram 17% no mercado externo e 18% internamente), não havendo razão para novas altas. Ao contrário, o que se espera é até redução de preços a nível de consumidor com a entrada da safra de verão a partir de fevereiro.

Para manter as conquistas do Real, ou seja, estabilidade de preços dos alimentos, o Governo adotará uma política de abastecimento que manterá adequadamente calibrados os preços dos alimentos e para isso conta com estoques de 14,5 milhões de toneladas e uma economia aberta.

É importante reafirmar também a disposição do Governo em manter a política de combate à inflação, preservando o poder aquisitivo real de quem vive de salário, de

modo a assegurar melhor nível de bem estar medido em termos de consumo para as camadas mais pobres da população, particularmente para o segmento que está na base da pirâmide social, que despende a maior parte de sua renda com alimentação.

Conclui-se, portanto, que a recuperação da renda agrícola não trará problemas para quem vive nas cidades. Ao contrário, maior renda no campo significará sustentação da demanda agregada e, conseqüentemente, maior renda e emprego para a economia como um todo.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF .***





# **Balança Comercial Agrícola Resiste à Queda da Safra**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **Balança Comercial Agrícola Resiste à Queda da Safra**

*(Artigo publicado na Gazeta Mercantil, em 19.04.96)*

A redução da produção de grãos na atual safra de verão e o choque agrícola externo decorrente da quebra de safra no Hemisfério Norte têm gerado especulações acerca dos resultados da balança comercial brasileira em 1996, justamente numa etapa do programa de estabilização que precisa contar com o bom desempenho das contas externas para sua consolidação.

A avaliação dos mencionados impactos na balança comercial brasileira de origem agropecuária foi feita considerando-se do lado das importações não apenas os principais produtos alimentícios importados, mas também os insumos de uso direto na agropecuária. Quanto às exportações, a projeção considerou as tendências dos preços e quantidade dos principais grupos de produtos básicos de nosso comércio exterior.

Na projeção das importações, foram selecionados os seguintes produtos: trigo, milho, arroz e algodão. Para esses produtos, adotou-se as quantidades importadas obtidas nos quadros de suprimento elaborados pela Conab para o ano safra 1995/96.

No caso do trigo, as importações estimadas são de 5,7 milhões de toneladas, o que significa uma redução de 800

mil toneladas, tendo em vista o crescimento esperado na produção nacional da próxima safra de inverno (de 1,5 milhão de toneladas em 1995 para 2,7 milhões em 1996). O preço médio adotado de US\$ 245,00/t (CIF) representa um acréscimo de 44% sobre a média do ano anterior e reflete as altas ocorridas no preço do cereal no mercado internacional.

Quanto ao milho, projeta-se importações de 1,5 milhão de toneladas, ou seja, 550 mil a mais do que o ano anterior. É importante ressaltar que com esse volume de importações e considerando-se os estoques governamentais existentes, estimados em 6 milhões de toneladas, o País fechará o ano folgadoamente com estoques de passagem de cerca de 3,0 milhões de toneladas, valor praticamente igual à média dos últimos dez anos. Em termos de preços, a hipótese adotada é de que fiquem em torno de US\$ 180/ton. (CIF), ou seja, 64% acima da média do ano passado, refletindo também o quadro de maior escassez do produto em nível mundial.

No caso do arroz, com os estoques do Governo de cerca de 3,0 milhões de toneladas, as importações devem alcançar 1,0 milhão de toneladas em casca, ou seja, 200 mil toneladas a mais do que no ano anterior, o que permitirá fechar o ano com estoques de passagem de 950 mil toneladas (aproximadamente 1 mês de consumo). Em termos de preços, adotou-se US\$ 440/ton. (CIF), ou seja, 26% acima da média do ano passado.

Para o algodão, os aumentos são marginais em termos de quantidade (previsão de importações de 360 mil toneladas em 1996 contra 350 mil no ano passado). Quanto aos preços, foram mantidos os mesmos do ano anterior, já que o



mercado desse produto não apresentou significativas mudanças no plano externo.

Na avaliação das importações dos principais insumos de uso na agricultura, a hipótese para fertilizantes é de que a quantidade aumente em cerca de 900 mil toneladas, voltando ao nível de 1994, em face da recuperação da área plantada na próxima safra de verão, devendo os preços permanecerem nos mesmos níveis do ano passado, o que implicará acréscimo no valor das importações de US\$ 91 milhões em 1996.

Para os defensivos, já que houve crescimento acentuado nas importações nos dois últimos anos, inclusive provocando elevação dos estoques no País, a hipótese é de que as importações também voltem aos níveis de 1994 (60 mil toneladas) e mantidos os preços médios do ano anterior, estima-se queda no valor das importações em US\$ 86 milhões. O resultado líquido das importações de insumos deverá ser de US\$ 5 milhões em 1996, portanto, praticamente nulo.

Com base nas hipóteses adotadas, o valor estimado com as importações dos quatro produtos agrícolas selecionados é de US\$ 2.638 milhões em 1996, ou seja, US\$ 594 milhões a mais do que ano anterior. Esse valor acrescido dos US\$ 5 milhões previstos com as importações de insumos permite projetar um aumento de US\$ 599 milhões nas importações totais de origem agropecuária no corrente ano (vide tabela apresentada).

Com relação às exportações de origem agropecuária, foram selecionados os seguintes produtos: soja (grão/farelo,

óleo), café (verde/solúvel), açúcar (demerara/cristal/refinado), cacau e derivados, carnes (aves/bovinos) e fumo (em folhas e cigarro), que em conjunto representam cerca de 26% do total das exportações brasileiras estimadas em US\$ 48 bilhões em 1996.

No caso do complexo soja, em que pese a redução no excedente exportado em razão da quebra da safra brasileira, os preços mais altos no mercado internacional permitirão ao País um ganho líquido de divisas da ordem de US\$ 676 milhões.

Com relação ao suco de laranja, o aumento da produção nacional permite estimar uma quantidade exportada da ordem de 970 mil toneladas em 1996 (cerca de 9% superior ao ano passado). O preço médio adotado de US\$ 1.237/t (5,9% acima da média observada no ano anterior), é consistente com as projeções de alta do produto no mercado internacional, o que permite estimar receitas adicionais de US\$ 158 milhões.

No caso das carnes, a projeção sinaliza com um aumento de receita da ordem de US\$ 235 milhões. Para aves, a hipótese adotada é de ligeiro aumento na quantidade exportada e acréscimo de 9% no preço médio, que se sustenta em face das cotações mais altas do milho (principal insumo usado na avicultura) e devido ao efeito substituição com a saída da Inglaterra do mercado por causa da doença vaca louca que afetou o rebanho bovino daquele País. Para a carne bovina, mantido o preço médio constante, a hipótese é de aumento da quantidade exportada, principalmente por que o Brasil vem obtendo ganhos no combate à febre aftosa, doença que

vinha impedindo o avanço de nossas exportações.

Para o café, a previsão é de redução na quantidade exportada de 594 mil sacas na hipótese do Governo não permitir uma forte desova de seus estoques. Há um quadro apertado de suprimento, principalmente nesse primeiro semestre do ano, em razão da quebra da safra brasileira ocorrida no ano passado. Em termos de preços, adotou-se a média de US\$ 153/t (8,4% abaixo do preço médio do ano passado), o que é consistente com as cotações no mercado futuro (Bolsa de New York) ao longo de 1996. A combinação de preços e quantidades menores implicarão redução de divisas com o café da ordem de US\$ 289 milhões.

Quanto ao açúcar, o mercado está trabalhando com um excedente exportável semelhante ao do ano anterior e um preço médio ligeiramente inferior (US\$ 300/t), que reflete a média entre das cotações no mercado futuro ao longo de 1996 nas Bolsas de Nova York (matéria prima) e Londres (refinado). Com isso, estima-se um nível de receita ligeiramente inferior ao do ano de 1996 (-US\$ 46 milhões).

Em termos de cacau, as hipóteses são de que o excedente se mantenha na faixa de 100 mil toneladas (não é esperado aumento da produção nacional) e manutenção do preço médio, o que significa receitas praticamente idênticas às obtidas no ano anterior. Registre-se que o cacau vem mantendo sua cotação nos últimos doze meses em torno de US\$ 1.300/t para a amêndoa (ICCO) e o mercado futuro (Bolsa de Nova York) sinaliza preço de US\$ 1.332/ton. para 1996, consistente com a hipótese por nós adotada de preços estáveis.



A quantidade exportada de fumo em folhas sofrerá ligeiro recuo em razão da quebra de safra ocorrida no Rio Grande do Sul por causa da seca (responsável por 80% da produção brasileira), mas será compensada pelo aumento de preços, já que o Brasil tem elevada participação no mercado mundial. Quanto aos cigarros, a hipótese é de que a quantidade exportada não se alterará de modo significativo em 1996. Com isso, estima-se que as receitas de fumo em folhas e cigarros fiquem apenas US\$ 26 milhões abaixo da obtida ano passado.

A projeção das exportações das principais *commodities* agrícolas brasileiras é de US\$ 12.269 milhões em 1996, o que implica um ganho líquido de divisas da ordem de US\$ 712 milhões (vide tabela apresentada).

Concluindo, o aumento das divisas com exportações (US\$ 712 milhões) é mais do que suficiente para pagar o acréscimo projetado com as importações de alimentos e insumos agrícolas (US\$ 599 milhões) em 1996, já computando-se as cotações recordes do trigo e milho na Bolsa de Chicago na última semana, razão para se afirmar que do lado da agricultura não há razões para preocupações com a balança comercial, deixando otimista o Governo e contrariando analistas que viam na redução da safra brasileira e no choque agrícola externo um constrangimento para o equilíbrio de nossas contas externas.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/ Ministério da Fazenda.***



## Importações dos Principais Produtos e Insumos Agrícolas (Despesas Cambiais)

Produtos	Quantidade		Preço Médio CIF (US\$/t)		Valor (US\$ milhões)	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
Trigo	6.500	5.700	170	245	1.100	1.400
Milho	950	1.500	110	180	104	270
Arroz	544(*)	680(**)	350	440	190	300
Algodão	350	360	1.857	1.857	650	668
Sub-total (Alimentos)	8,344	8.240	-	-	2.044	2.638
Fertilizantes (a)	7,137	8.018	141	137	1.009	1.100
Defensivos (b)	69	60	9.565	9.565	660	574
Sub-total (Insumos)	-	-	-	-	1.669	1.674
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>3.713</b>	<b>4.312</b>

Elaboração: SPE/MF

\* equivalente a 800 mil ton. em casca.

\*\* equivalente a 1 milhão de toneladas em casca.

(a) inclui fertilizante e matérias primas.

(b) inclui matérias primas, inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas e outros.

## Exportações dos Principais Produtos de Origem Agropecuária

Produtos	Quantidade		Preço Médio CIF (US\$/t)		Valor (US\$ milhões)	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
Trigo	6.500	5.700	170	245	1.100	1.400
Milho	950	1.500	110	180	104	270
Arroz	544(*)	680(**)	350	440	190	300
Algodão	350	360	1.857	1.857	650	668
Sub-total (Alimentos)	8.344	8.240	-	-	2.044	2.638
Fertilizantes (a)	7,137	8.018	141	137	1.009	1.100
Defensivos (b)	69	60	9.565	9.565	660	574
Sub-total (Insumos)	-	-	-	-	1.669	1.674
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>3.713</b>	<b>4.312</b>

Elaboração: SPE/MF

\* 1.000 sacas de 60 kg

\*\* equivalente a 60,3 mil t e 58,3 t em 1995 e 1996, respectivamente

\*\*\* equivalente em carcaça.

# **Política Agrícola: uma agenda para 1996**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*





## **Política Agrícola: uma agenda para 1996**

*(Artigo publicado na Revista de Política Agrícola,  
Ano V, nº 01 - jan./fev./mar. 1996)*

A origem dos problemas da agropecuária, que implicou elevado grau de inadimplência no crédito rural e em perda de renda para o setor em 1995 decorreu dos seguintes fatores:

- a) Cobrança de taxas de juros, no passado, incompatíveis com a rentabilidade de longo prazo de setor agrícola, em função do uso da TR como indexador do crédito rural, o que trouxe à tona o problema do endividamento.
- b) Apesar do aumento significativo no consumo de alimentos na fase posterior à implantação da nova moeda, o excesso de produção provocou queda real nos preços dos produtos de origem rural.

Se de um lado, a abertura comercial e a estabilidade da moeda trouxeram benefícios, a exemplo da relativa estabilidade de preços dos insumos e o aumento da demanda interna de alimentos, de outro, vêm exigindo da agricultura novos ajustes. No que diz respeito aos produtos importados, além da concorrência enfrentada no âmbito do Mercosul com algumas vantagens comparativas na produção de alimentos, a agricultura brasileira tem de competir também com o produto estrangeiro, muitas vezes subsidiado nos países de origem.

A esse respeito, a abertura do País às importações de alimentos exigirá medidas ágeis e concretas de salvaguardas por parte do Governo, mas exigirá também preocupação dos agricultores com a produtividade e qualidade dos produtos ofertados para se manterem competitivos. Seguramente, os agricultores saberão responder a esse desafio que redundará também em ganhos para o consumidor nacional, que passará a contar com produtos mais baratos e de melhor qualidade. Nessa fase de transição, enquanto não se completa o processo de reconversão produtiva e não se maturam os investimentos requeridos no campo da pesquisa agropecuária, que assegurarão condições de competição no longo prazo, o Governo terá que calibrar adequadamente as políticas tarifárias, de preços mínimos e de crédito rural para amenizar o processo de ajuste.

Paralelamente, deverão ser agilizadas medidas visando reduzir o chamado “custo Brasil”, envolvendo melhoria da infra-estrutura em geral. A própria estabilidade da moeda, à medida que se consolida, trará também os ganhos decorrentes da redução da taxa interna de juros, que embora numa trajetória nitidamente decrescente, ainda é alta para os padrões internacionais.

A propósito da competitividade de nossa agricultura e numa perspectiva de médio e longo prazos, é preciso estar presente na estratégia brasileira a integração da produção rural com a industrial, estimulando o avanço das cadeias produtivas que formam o chamado complexo agroindustrial, de modo a se obter os ganhos de escala daí decorrentes com conseqüente redução de custos.

Outro ajuste requerido da agropecuária brasileira decorrente da política macroeconômica consiste no desatrelamento da correção da taxa de câmbio com a inflação passada, aliás consistente com a estabilidade monetária, constituindo-se num desafio adicional para o setor, já que o mesmo caracteriza-se por gerar excedentes para exportação.

As soluções para os problemas apontados precisam ser analisadas dentro de três dimensões básicas. A primeira delas, consiste na renegociação das dívidas do setor rural, que ao concluir o processo de securitização, finaliza o ciclo de endividamento dos agricultores, dotando-os da liquidez necessária para conduzirem suas atividades. Nessa linha de argumentos foi importante a pré-fixação da taxa de juros em 16% ao ano para o custeio e comercialização, corrigindo a distorção que representava o uso da TR no crédito rural, ajustando a agricultura brasileira à realidade mundial, que se caracteriza por operar com taxas de juros preferenciais.

A segunda dimensão consiste na recuperação da renda agrícola em 1996, o que trará de volta a agricultura à normalidade. É verdade que deverá haver uma redução da área plantada e queda na produção de grãos, mas a elevação dos preços pagos aos produtores é fruto também da alta das cotações das *commodities* agrícolas no mercado internacional. A dotação de recursos em valores adequados e no momento oportuno, tanto nas regiões Centro-Sul quanto no Nordeste, englobando as safras de inverno e de verão, são fundamentais para assegurar os ganhos de renda mencionados.

Uma vez superada essa fase de transição, é o momento para o Governo olhar mais para o médio e longo prazos e



articular um conjunto de políticas de caráter estrutural. A terceira dimensão consiste, portanto, na criação de instrumentos novos que visam dotar a agricultura de melhores condições de competição em face da maior abertura do País ao comércio exterior e da constatação de que os mecanismos tradicionais de intervenção no setor rural vêm se mostrando esgotados. Nessa perspectiva, algumas das inovações propostas são as seguintes:

- a) introdução de opções como instrumento regulador do mercado, que alterará as bases de financiamento da comercialização da agricultura brasileira no futuro, substituindo o EGF, que ficaria restrito a alguns produtos. Ao reduzir os riscos de oscilações de preços tão comuns na agricultura, os produtores rurais se sentirão seguros para buscarem no mercado os recursos de que necessitam e certamente encontrarão agentes financeiros dispostos a financiá-los;
- b) consolidação de uma política comercial externa que consiste em implantar mecanismos ágeis de defesa comercial e contra práticas desleais de comércio, levando-se em conta toda a cadeia produtiva;
- c) reforma tributária que, além de desonerar as exportações e reduzir a cobrança de tributos indiretos nos produtos da cesta básica, terá de promover a harmonização tributária de nossa agricultura no âmbito dos países que integram o Mercosul;
- d) implantação de um novo seguro agrícola, reformulando o Proagro, que passará a contar com o zoneamento agríco-



la (em fase adiantada de detalhamento por parte do Ministério da Agricultura) na definição do valor do prêmio. A securitização das dívidas do Proagro, ao regularizar suas pendências financeiras, resgatará a credibilidade deste instrumento de política agrícola para que possa funcionar como diluidor e minimizador dos riscos, normalmente elevados, que caracterizam a atividade agrícola, especialmente no Brasil, cujo plantio é preponderantemente de sequeiro;

- e) criação de instrumento específico para atender situações de emergência, a exemplo da seca que, recentemente, afetou os Estados da Região Sul. A intervenção pontual adotada nesse momento, convém ressaltar, trouxe a novidade da parceria com os Governos Estaduais e Prefeituras Municipais com a vantagem de agilizar o processo e ampliar sua abrangência;
- f) redefinição da política fiscal para a agricultura, alocando no Orçamento Geral da União os recursos necessários para equalização de taxas de juros e prêmios de liquidação de EGF, bem como para o atendimento das necessidades das políticas de crédito rural e de preços mínimos, que estarão mais direcionadas aos mini e pequenos agricultores.

Por fim, superadas as dificuldades que ocuparam grande parte da agenda dos formuladores da política agrícola no ano passado e consciente de que deverá no tempo oportuno e em valores adequados assegurar os recursos necessários para financiar a agricultura em 1996, o Governo implementará os novos instrumentos que assegurarão ao setor as ba-

ses para continuar cumprindo o importante papel que dele se espera no processo de estabilização e de retomada do crescimento econômico no Brasil.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador de Política Agrícola da SPE/Ministério da Fazenda.***

# **O Comportamento Internacional dos Grãos**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*





## **O Comportamento Internacional dos Grãos**

*(Artigo publicado no O Estado de S. Paulo, em 03.06.96)*

As recentes altas nos preços dos grãos no mercado internacional requerem adequada avaliação, tendo em vista seus efeitos para a economia brasileira, notadamente no que diz respeito à inflação, balanço de pagamentos e nível de atividade econômica.

Os preços do milho (US\$ 177/t) e trigo (US\$ 226/t), após altas sucessivas a partir do segundo semestre de 1995, atingiram as mais elevadas cotações registradas na Bolsa de Chicago em maio do corrente ano. No caso da soja, situaram-se na faixa de US\$ 297/t, no mencionado mês, situando-se bem acima do padrão histórico.

Embora, os mercados futuros sinalizem que os preços dos grãos devam cair nos próximos meses, ainda assim, permanecerão em níveis elevados. As cotações (por tonelada) de milho, trigo e soja a futuro (dez./96) são de US\$ 141,14 US\$ 209,22 e US\$ 287,00 respectivamente, o que significa preços bem acima da tendência (média dos últimos dez anos), que são de US\$100,00 US\$ 125,00 e US\$ 220,00 na mesma ordem.

Há um reconhecimento de que os preços dos grãos mudaram de patamar, devendo permanecer elevados, por um certo período de tempo, por duas razões básicas. A primeira

delas é o aumento do consumo de alimentos na China, associado às mudanças nos hábitos alimentares de sua população, que passando a utilizar mais proteína de origem animal, tornou o País importador líquido de grãos, pressionando a demanda no mercado internacional. A retirada progressiva dos subsídios agrícolas, acertada entre os países membros do GATT com a conclusão da Rodada Uruguai, é outra razão que explica os preços mais altos dos alimentos.

Todavia, é enganosa a idéia de projetar para o futuro o quadro atual de maior escassez de alimentos que reduziu os estoques de grãos para os níveis mais baixos desde o pós-guerra como tem sido feito por alguns analistas ao prever maciças transferências de renda do setor urbano para o rural nos próximos anos. Cabe esclarecer que a redução desses estoques refletiu um descompasso entre o crescimento da demanda e oferta ocorrido no passado, quando o nível de preços era, sensivelmente, inferior ao atual.

Na verdade, os preços mais altos em que se encontram os grãos estimularão a oferta, que respondendo aos estímulos de mercado, promoverá a recomposição gradual dos estoques de alimentos. O último Relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos não deixa dúvida a esse respeito ao indicar crescimento de 8,1% para a produção mundial e de 12,2% para os estoques de grãos, já no ano agrícola 1996/97, a despeito dos problemas climáticos que vem afetando o desenvolvimento da safra norte-americana.

Do ponto de vista da inflação brasileira, a alta externa nos preços agrícolas, de fato, põe fim à chamada âncora verde que, na fase inicial do programa de estabilização, in-

discutivelmente, funcionou como elemento amortecedor de pressões inflacionárias. Todavia, esse choque externo que implicou mudanças nos preços relativos internamente, já foi absorvido em grande parte, embora não inteiramente, sem comprometer, no entanto, a meta governamental de redução gradual da taxa de inflação no Brasil.

A esse respeito, é oportuno ressaltar que nos últimos doze meses (mai/96 com relação a mai/95), os preços do trigo subiram internamente cerca de 101%, registrando alta superior à ocorrida no mercado externo que foi da ordem de 73%. Para a soja, o incremento anual dos preços foi de cerca de 40%, registrando percentuais semelhantes tanto externamente quanto no mercado atacadista de São Paulo.

No caso do milho, convém ressaltar que embora os preços internos tenham subido cerca de 40% no último ano, o que significou incremento inferior ao registrado no mercado externo que foi da ordem de 94%, o País estará importando o cereal somente no final do ano. Nessa oportunidade, os preços do milho estarão, claramente, em níveis inferiores, conforme sinalizam os mercados futuros, minimizando o impacto da maior alta ocorrida lá fora.

Com relação ao Balanço de Pagamentos, os preços mais altos das “commodities” agrícolas, ao estimular a recuperação da área plantada na próxima safra e conseqüentemente a produção, redundarão num duplo efeito positivo sobre a Balança Comercial do País, pelo aumento das exportações, principalmente de soja, e redução das importações.

Ainda com relação às contas externas, projeção feita pela SPE/MF indica que mesmo em 1996, apesar da redu-



ção na produção interna de grãos, o gasto adicional de divisas com importações de alimentos será compensado pelo acréscimo no valor das exportações, indicando que agricultura não estará pressionando negativamente as contas externas do País. O desempenho das exportações do complexo soja reforça essa projeção, tendo acusado acréscimo da ordem de 40%, em valor, no primeiro quadrimestre de 1996, relativamente ao ano anterior.

A alta de preços dos grãos contribuirá também para o aumento da renda agrícola em 1996, estimada conservadoramente em 20% pela SPE/MF no início do ano. A boa colheita do Norte/Nordeste (9,4 milhões de toneladas) e a expansão da área plantada na safra de inverno (43,5% em relação ao ano anterior), bem como a recuperação da produção de café (cerca de 25 milhões de sacas) indicam que a agricultura volta à normalidade no corrente ano, tanto em termos de produção quanto de área plantada.

O aumento de renda juntamente com a securitização já vem promovendo a regularização das dívidas contraídas pelos agricultores e reativando os negócios no interior do País. Trata-se de uma injeção de cerca de R\$ 6 bilhões na economia que promoverá a recuperação das vendas de sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos agrícolas com repercussões em toda cadeia produtiva integrante do complexo agroindustrial brasileiro, responsável por cerca de 35% do Produto Interno Bruto (PIB). Os efeitos multiplicadores daí decorrentes contribuirão para sustentar a demanda agregada com impactos positivos sobre os níveis de renda e emprego da economia como um todo.



Uma vez internalizado o impacto do choque externo pela sua incorporação, em larga medida, aos preços internos dos alimentos, é o momento do País absorver seus efeitos positivos. O aumento da produção agrícola ao gerar maiores excedentes exportáveis, contribuirá para melhorar o perfil das contas externas do País. A melhoria da renda agrícola com os mencionados efeitos sobre o nível geral das atividades econômicas são as compensações que ajudarão a compor um quadro macroeconômico mais favorável no segundo semestre de 1996.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***



# **Por Que Securitizar a Dívida Agrícola?**

*Pedro Parente  
José Roberto Mendonça de Barros  
Guilherme Leite da Silva Dias  
Evandro Fazendeiro de Miranda*





## **Por Que Securitizar a Dívida Agrícola?**

*(Artigo publicado no O Estado de S. Paulo, em 15.07.96, e Revista de Política Agrícola, Ano V, nº 3, jul./ago./set./96)*

O setor agrícola tem evoluído cerca de 3 por cento ao ano, em média, mesmo durante a chamada década perdida nos anos oitenta e na primeira metade dos anos noventa. Isso significa que a agricultura vem mantendo seu padrão histórico de crescimento, demonstrando um desempenho superior aos 2 por cento registrados por toda a economia nesse mesmo período. Cabe perguntar, então, o porque desse desempenho. A conclusão é a de que o setor agrícola ajustou-se com maior rapidez à crise que afetou a economia brasileira nessa fase, cumprindo seu papel de fornecedor de alimentos e de gerador de excedentes para a exportação.

Apesar desse desempenho, a agricultura tem enfrentado dificuldades que impedem a melhoria dessa performance e ameaçam, de certa forma, a sua continuidade. Alinham-se entre essas dificuldades:

- a) a queda, até o final de 1995, nos preços dos produtos de origem rural, causada pelo aumento da oferta de produção, apesar do aumento significativo do consumo de alimentos;
- b) formação de estoques exagerados nas mãos do governo, em função dos elevados preços mínimos praticados em 1995. Este valor elevado foi consequência da política de

correção dos preços mínimos pela Taxa Referencial de Juros (TR) desde a safra 1991/92. A formação desses estoques provocou maior instabilidade no mercado, principalmente por causa da retração dos compradores;

- c) para os produtores que fizeram uso de crédito rural, a sucessão de “descasamentos” entre os índices de correção de sua dívida — geralmente vinculados ao índice de correção da caderneta de poupança — e os índices que corrigiram os preços mínimos nas datas em que foram implantados os planos econômicos.

Nesse quadro de dificuldades, cabe destacar dois outros aspectos de natureza conjuntural que marcaram o biênio 1994/95 para os agricultores. O primeiro deles foi o deslocamento dos preços recebidos pelos agricultores na venda de seus produtos com relação ao valor de suas dívidas. O outro, foram os ajustes exigidos dos setores produtivos em geral, e a agricultura não foi exceção, em decorrência da estabilidade de preços e a conseqüente modificação da política cambial, que se desatrelou da inflação passada. Neste novo quadro, vieram à tona as ineficiências do processo produtivo, a precariedade das condições de infra-estrutura do setor agrícola, enfim, todos os componentes do denominado “custo Brasil”. No caso específico do setor rural, este quadro está sendo notadamente agudo nas regiões de fronteira agrícola.

Vieram ainda somar a essas dificuldades questões de ordem estrutural da economia brasileira, como a abertura de mercado e a conseqüente importação de alimentos com tarifas reduzidas e crédito favorecido. Não bastando isso, há

ainda a elevada incidência de tributos de origem estadual - ICMS -, que onera as exportações de produtos *in natura* ou processados e os insumos utilizados, e reduz as condições de competição da agricultura brasileira. A alta carga desse tributo retém ainda parte da renda gerada no meio rural.

Diante desse desafio, os agricultores foram levados a reduzir custos e aumentar produtividade para manter a competitividade com produtos importados muitas vezes subsidiados na origem. Entretanto, essas medidas não foram suficientes para dar o indispensável “fôlego” ao setor, principalmente para os produtores que fizeram uso do crédito agrícola e que se deparavam com estoque de dívida incompatível com a capacidade de geração de receita de sua atividade rural.

Consciente dessas dificuldades e da importância do setor agrícola para o crescimento e para a estabilidade econômica, cabia ao Governo encontrar uma saída que levasse ao fortalecimento da agricultura brasileira. Medidas que alcançam todos os produtores independentemente do fato de serem ou não devedores de crédito rural, têm sido adotadas de forma consistente, cabendo destacar a progressiva modificação do processo de intervenção do governo na formação dos preços agrícolas e dos estoques reguladores. Embora certamente relevante sob o ponto de vista do setor agrícola, foge ao escopo deste artigo listar e comentar todas essas medidas.

O fato é que a situação da dívida assumia dimensões alarmantes e requeria tratamento específico, sem o que não seria possível atendimento abrangente e soluções permanen-



tes para a questão agrícola. Para os produtores devedores, o elevado endividamento e a sua inadequada composição em termos de prazo e custos financeiros constituíam-se fonte de elevada incerteza e lançavam pesadas sombras sobre a sua capacidade de continuar produzindo.

Assim, como resultado de um longo processo de negociação com representantes do setor, liderados por parlamentares integrantes da denominada “Frente Parlamentar para a Agricultura”, chegou-se a um acordo para refinanciamento da dívida do setor — a chamada “securitização da dívida agrícola” — que se encontra em fase final de implementação.

Muito se tem falado — e na maioria das vezes equivocadamente — sobre este processo de securitização. Por isso, é preciso ficar claro que o Governo, ao tomar essa decisão, não assumiu ou perdoou dívidas, muito menos decretou algum tipo de moratória. Como foi dito, trata-se pura e simplesmente de um alongamento da dívida dos produtores rurais, que procurou levar em conta a real condição de pagamento dos devedores. Essa renegociação também pode ser entendida como uma compra antecipada de produtos agrícolas por parte do Governo, à medida em que o produtor pode optar pela entrega em produto do valor equivalente ao refinanciamento do débito, respeitando as respectivas datas de vencimento.

Nesse contexto, a securitização procurou adequar a cobrança dos encargos financeiros à rentabilidade média de longo prazo da agricultura brasileira. Para tanto, o saldo da dívida dos produtores será corrigido pela variação dos preços mínimos, mais 3% de juros ao ano. Com isso, o ônus que caberá ao Tesouro Nacional corresponde ao dife-



rencial entre o custo de captação das diferentes fontes de financiamento do crédito rural e a taxa de juros repactuada nos contratos originais dos agricultores com os agentes financeiros.

Dependendo da capacidade de pagamento do produtor, criteriosamente avaliada, os prazos de refinanciamento das dívidas variam de sete a dez anos, com carência de dois ou três anos. O valor máximo de refinanciamento por mutuário é de R\$ 200 mil, com limite de R\$ 7 bilhões para o total da dívida a ser refinanciada.

Assim, a renegociação não beneficiou, como vem sendo dito, exclusivamente os grandes agricultores, porque o limite de R\$ 200 mil impõe, por si só, uma restrição. Enquadram-se neste teto cerca de 193 mil produtores, somente no Banco do Brasil. Este contingente representa imensa maioria, cerca de 96% do total dos agricultores elegíveis para a securitização.

Na hipótese de alguns produtores não saldarem suas dívidas, eles continuarão com seus débitos com o agente financeiro. Estes, por sua vez, continuarão com o risco referente ao crédito que concederam. Caso haja inadimplência no futuro, os bancos terão de recolher os respectivos valores ao Tesouro Nacional e assumirão a partir deste momento, a diferença entre os custos de captação dos recursos que estiverem lastreando o crédito renegociado e a taxa de juros cobrada dos produtores. O que significa que o risco da inadimplência continua sendo do sistema financeiro e não do Tesouro Nacional.

Não é possível estimar com precisão qual o custo total deste refinanciamento para o Governo, por causa do fato de que depende de variáveis conhecidas a posteriori, entre as quais os índices de correção das fontes de financiamento do crédito rural e os preços mínimos. É possível, no entanto, discutir e estabelecer algumas premissas para a realização deste cálculo.

Inicialmente, é preciso considerar que, no contexto de uma economia aberta, os preços mínimos devem evoluir conforme a tendência dos preços agrícolas no mercado internacional. Portanto, pode-se depreender que a correção dos preços mínimos terá de guardar proporção com a variação da taxa de câmbio. Por sua vez, no longo prazo, a taxa de câmbio reflete a diferença entre a variação média de preços internos e externos.

Deve-se também considerar que, à medida em que a inflação brasileira convergir para patamares semelhantes aos observados nos países industrializados, a tendência da taxa nominal de câmbio é de manter-se relativamente estável. Nestas circunstâncias, a taxa de juros de 3% ao ano incidente sobre os saldos dos débitos dos agricultores não será muito diferente daquela vigente no mercado financeiro internacional. Tão pouco se diferenciará muito da própria Taxa Referencial de Juros (TR).

Diante destas premissas por tudo razoáveis, os encargos financeiros pactuados na renegociação das dívidas do setor rural não podem ser caracterizados como favorecidos, quando observados em uma perspectiva de longo prazo. Convém ressaltar que a própria TR vem se reduzindo gradativamente nos últimos meses, já registrando um índice

inferior à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), o que condiz com a necessidade de estimular os investimentos e criar condições para melhorar a rolagem da dívida pública.

O custo da securitização para o Tesouro Nacional com base nestas premissas, chegaria a um total de R\$ 2,5 bilhões para os dez anos de prazo máximo de refinanciamento, ou seja, em média cerca de R\$ 250 milhões por ano (se considerado seu valor presente, este custo é, naturalmente, muito inferior aos R\$ 2,5 bilhões). É um custo pequeno diante dos benefícios advindos do processo para a agricultura e da comparação com as despesas do Governo com a equalização de preços agrícolas, as quais totalizaram somente no biênio 1995/96 (até junho) o valor de R\$ 1,65 bilhão.

É necessário ressaltar ainda que o equacionamento das pendências financeiras dos agricultores foi também motivado pela necessidade de manutenção do próprio acesso ao crédito. A elevada taxa de inadimplência criou um círculo vicioso no qual a redução do fluxo de retornos dos empréstimos provocava redução mais do que proporcional à concessão de novos créditos, à medida que os bancos passaram a adotar maior seletividade na concessão de empréstimos.

Por isso, a renegociação cumpriu dois papéis: Primeiro, o de ampliar as possibilidades de recebimento dos débitos por parte dos bancos, evitando ao mesmo tempo, a execução judicial dos agricultores, e, segundo, o de restaurar a liquidez do setor agrícola. Tudo isso era essencial para estimular o plantio da safra de verão 1995/96 e para assegurar a normalidade do abastecimento do mercado interno, além de garantir a entrada de divisas pela exportação desses produtos.



Ao decidir pela secutitização, o Governo cumpriu também importante papel social porque ao retirar da condição da inadimplência expressivo número de agricultores, notadamente os de pequeno porte, revela sua opção pelo fortalecimento deste segmento e pela geração de emprego no meio rural. É importante ressaltar que a agricultura tem contribuído para amortecer o desemprego urbano, considerando-se a trajetória anti-cíclica que tem caracterizado seu padrão de crescimento, incluindo-se os segmentos a ela vinculados - integrantes do chamado "agribusiness" responsáveis por cerca de 35% do Produto Interno Bruto.

Não se pode esquecer também a contribuição do setor agrícola para o crescimento do País e para a estabilidade econômica, retratada especialmente nas safras recordes colhidas em 1994 e 1995, quando a produção de grãos alcançou entre 75 e 80 milhões de toneladas. Nesse período, a agricultura constituiu-se na chamada "âncora verde" do programa de estabilização com reflexos diretos nos preços. Enquanto a inflação medida pelo IPC da FIPE foi de cerca de 49% de julho de 1994 a março de 1996, o item alimentação teve um crescimento bem menor, ficando em torno de 34%. Esses dados justificam por si só a necessidade das medidas que o Governo teve de tomar.

---

*Pedro Parente, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.*

*José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.*

*Guilherme Leite da Silva Dias, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.*

*Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica do MF.*



# **Entressafra Agrícola**

*José Roberto Mendonça de Barros*  
*Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **Entressafra Agrícola**

*(Artigo publicado no Boletim de Acompanhamento  
Macroeconômico - SPE/MF, ago./96)*

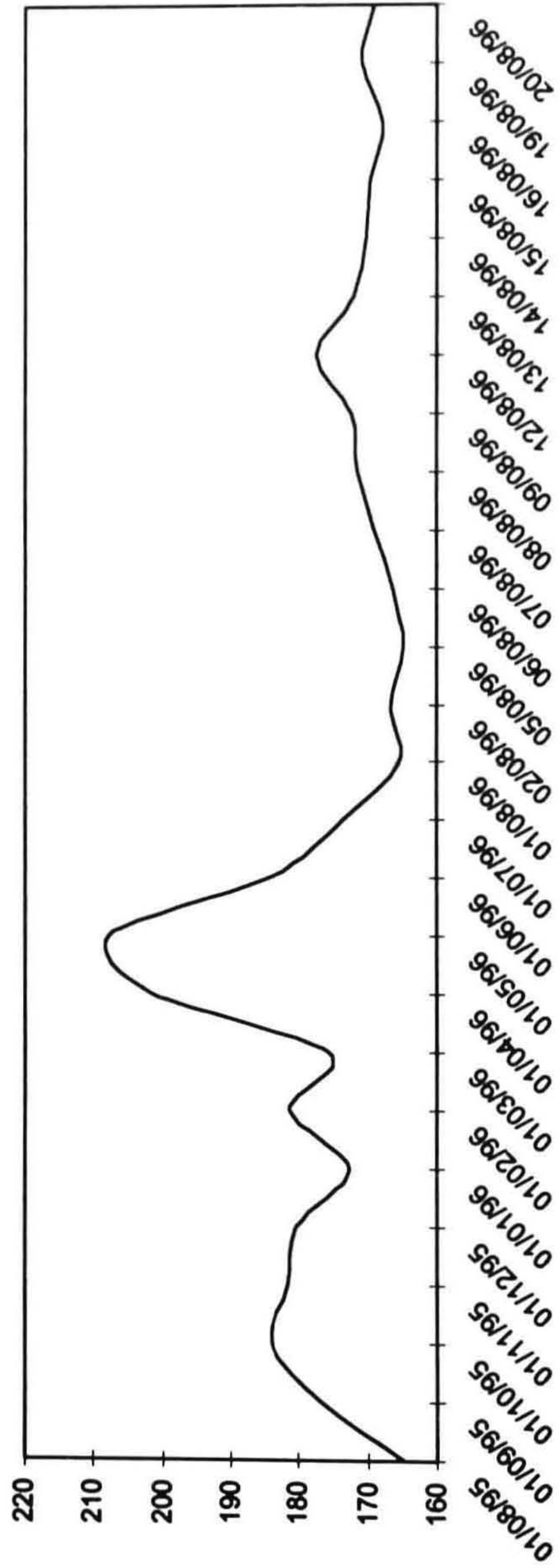
A alta de preços das principais “commodities” agrícolas no mercado internacional, cujo pico ocorreu em abril e maio do corrente ano, associada à safra curta que está sendo colhida no Brasil em 1996 (cerca de 74 milhões de toneladas), gerou algumas especulações sobre o comportamento dos preços dos alimentos na atual entressafra que precisam ser devidamente qualificadas.

Na verdade, uma análise mais cuidadosa revela que os preços dos produtos de origem agrícola na atual entressafra contarão com importante fator deflacionista, envolvendo a cadeia produtiva que utiliza o trigo como matéria-prima. O preço do trigo, após experimentar altas sucessivas no mercado internacional, atingiu US\$ 207/t (Gráfico 1) na média de maio último, o que significou aumento de 55% em 12 meses. A partir daí, passou a recuar com algumas oscilações, estando hoje cotado na faixa de US\$ 170/t Vale observar que os derivados do trigo estão com seus preços ajustados internamente para um custo da matéria-prima em torno de R\$ 265/t, o que abre espaço para recuos desses preços nos próximos meses.

Com a queda recente observada nas cotações do trigo, que hoje está somente cerca de 5% acima da posição registrada 12 meses atrás, e a normalização da oferta, especialmente nos países do Mercosul (a colheita na

**Gráfico 1. Evolução do preço do trigo. Bolsa de Chicago – 2ª posição.**

**TRIGO**





Argentina será de 14 milhões de toneladas com crescimento de 63% em relação ao ano anterior e a safra brasileira está estimada em 3 milhões de toneladas), reforça-se a tese de que ajustes para baixo nos preços dos derivados ocorrerão nos próximos meses.

Com relação aos preços do milho, observa-se comportamento semelhante ao do trigo, tendo atingido em mai/96, em média, a cotação de US\$ 177/t (Gráfico 2). Nos meses posteriores, os preços caíram, embora as cotações tenham voltado a subir na última semana, em face da divulgação pelo USDA da estimativa de 220 milhões de toneladas para a safra americana, quando o mercado esperava uma safra maior (230 milhões de toneladas).

No mercado futuro, todavia, as cotações para dez/96 (US\$ 133/t) indicam preços menores do que os observados atualmente (US\$ 1,5 milhão de toneladas), justamente quando suas cotações, claramente, estarão num patamar menor, minimizando o impacto sobre os preços na cadeia produtiva constituída por aves e suínos, para o que contribuirá também a venda dos estoques governamentais que será retomada nos próximos dias.

No caso da carne bovina, convém observar que a alta recente ocorrida no início da entressafra já vem dando sinais de arrefecimento, tendo a cotação do boi em pé (posição em 16/08/96 na BM&F) atingido R\$ 24,45/arroba, o que significa um recuo mensal de 5,6% e anual de 9,5%. Para os próximos meses, não se esperam maiores altas (a cotação a futuro é de R\$ 25,50 para out./96, no auge da entressafra) pelas seguintes razões: a) o consumo interno está estável;



b) há excesso de oferta no Mercosul com preços na faixa de US\$ 25/arroba na Argentina e Uruguai; c) o mercado europeu está desaquecido pela redução de consumo provocada pela doença da “vaca louca”; e d) a concorrência com outras carnes, especialmente o frango, cuja oferta seguirá normalizada nos próximos meses (o alojamento de pintos não tem caído) também impõe limites aos preços da carne bovina.

Adicionalmente, cumpre esclarecer que os períodos de entressafra tendem a se reduzir cada vez mais, por causa do uso da irrigação, incorporação de outros avanços tecnológicos e diversificação das áreas produtivas, o que permite a colheita de duas ou mais safras por ano. O feijão é um exemplo de produto cuja oferta ocorre, atualmente, durante todo o ano, sem falar nos hortifrutigranjeiros, que têm produção contínua ao longo do ano.

Por fim, os efeitos da maior abertura de mercado também devem ser considerados. A diversidade das fontes de abastecimento, exemplificada pelo suprimento crescente de frutas por parte do Chile e a produção de alimentos nos países integrantes do Mercosul voltados essencialmente para ofertar ao mercado brasileiro (batata, feijão, soja, carne bovina, etc.) constitui fenômeno novo, fazendo com que os vetores de preços externos, cada vez mais, sirvam de referência para a formação dos preços internamente, reduzindo a variância dos mesmos na entressafra e, assim, contribuindo para dar maior estabilidade ao mercado.

---

*José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.*

*Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica do MF.*





# **As Bases da Nova Política Agrícola (I)**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Guilherme Leite da Silva Dias  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **As Bases da Nova Política Agrícola (I)**

*(Artigo publicado no O Estado de S. Paulo, em 02.10.96)*

Numa seqüência de três artigos, avaliaremos a trajetória percorrida pela agricultura brasileira no biênio 1995/96, apontando as dificuldades e as soluções que estão permitindo a volta do setor à normalidade, bem como as bases da nova política agrícola de longo prazo. A montagem dessa política tem o objetivo de capacitar a agricultura a responder ao novo desafio que se constitui em atender à demanda crescente por alimentos nos mercados interno e internacional.

A expansão verificada no consumo de alimentos em 1995 (7,6% para as calorias e 13% para as proteínas) dá uma idéia de seu potencial de crescimento num ambiente de estabilidade econômica. Considerando-se a hipótese de retomada do crescimento auto-sustentado e de melhoria na distribuição de renda, é razoável supor que a demanda interna de alimentos crescerá a uma taxa próxima do PIB no futuro.

No mercado externo, os estímulos provêm da constatação de que os preços das principais “commodities” agrícolas mudaram de patamar e permanecerão elevados por algum tempo. A alta externa de preços verificada a partir do segundo semestre de 1995, cujo pico ocorreu em abril e maio do corrente ano, embora já venha retrocedendo, não significa que as cotações retornarão ao seu padrão histórico por duas razões básicas.

Em primeiro lugar, a continuidade do crescimento econômico que, há alguns anos, vem ocorrendo nos países asiáticos, em especial na China, aliado à perspectiva de recuperação dos países da ex-URSS, dão suporte à expansão da demanda num ritmo superior ao da oferta de alimentos a nível mundial. À medida que os consumidores desses países vão melhorando seu nível de renda, passam a incorporar novos hábitos alimentares, consumindo cada vez mais proteína de origem animal, o que pressiona a demanda de grãos para rações com conseqüente impacto sobre seu nível de preços.

A retirada progressiva dos subsídios agrícolas nos Estados Unidos e na União Européia como resultado da conclusão da Rodada Uruguai, ao conferir à produção agrícola maior exposição às regras de mercado, é outro elemento que sustenta a tese de preços mais altos dos alimentos no futuro.

O cenário de mercado mais favorável é um componente importante, mas foi necessário também superar a fase de transição que consistiu em assegurar a volta da agricultura à normalidade na montagem da nova política agrícola de longo prazo. Essa transição passa por duas etapas, tendo sido a primeira a mais difícil, em face da queda na renda agrícola ocorrida em 1995. A safra recorde colhida no mencionado ano (cerca de 80 milhões de toneladas), a despeito do aumento registrado no consumo de alimentos, caracterizou-se por um excesso de produção, fazendo com que os preços dos produtos de origem rural apresentassem queda em termos reais.

Somando-se à queda real nos preços, veio à tona o problema do endividamento, resultante dos descasamentos en-



tre ativos e passivos dos agricultores por ocasião da implantação dos planos de estabilização passados e do uso da Taxa Referencial de Juros (TR) como indexador do crédito rural. A saída encontrada para equacionar esse problema foi a rolagem da dívida agrícola pelo prazo de sete a dez anos (ou seja, a chamada securitização), que ao restaurar a liquidez da agricultura, permitiu que os produtores rurais readquirissem a capacidade de planejar suas atividades.

A etapa seguinte dessa fase de transição consiste na recuperação da renda e da produção, o que requer o prazo de duas safras. No tocante à renda rural, há indicações de que ocorrerá recomposição em 1996, por causa da safra curta colhida e dos preços mais elevados recebidos pelos agricultores, até superando as previsões iniciais em face da alta ocorrida nas cotações das “commodities agrícolas no mercado externo.

Quanto à produção, sua recuperação passa pela expansão da área plantada na safra 1996/97 e dependerá também da evolução das condições climáticas. Os resultados obtidos com a safra do Norte/Nordeste (superior a 9 milhões de toneladas), assim como a colheita de 23 milhões de sacas de café e o aumento de 67% na safra de inverno são indicadores de que a produção está se normalizando.

Cabe um registro acerca da safra 1995/96, cuja colheita está praticamente concluída. Apesar das previsões iniciais que falavam em redução de área plantada em até 20% e mesmo no comprometimento do abastecimento, o que não se concretizou, acabou revelando resultados que, diante das dificuldades apontadas, não podem ser considerados ruins.

Com efeito, a área plantada apresentou uma redução de 2,4%, considerando-se a lista dos produtos que compõe o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE e, no caso dos grãos, que são mais sensíveis às oscilações de mercado, embora a área plantada tenha caído cerca de 8% na safra de verão, ainda assim, a produção está estimada em 74 milhões de toneladas.

Para reverter o mencionado quadro de pessimismo vigente na época do plantio da safra 1995/96 foi adotada uma estratégia da qual fez parte a comercialização dos elevados estoques públicos acumulados no passado. A desova desses estoques foi conduzida de modo a evitar especulações com preços, tendo sido calibrada de forma a não reduzir ainda mais os preços recebidos pelos agricultores, sem, todavia, impor maiores prejuízos aos consumidores urbanos.

Além disso, foram adotadas medidas de política agrícola, destacando-se a pré-fixação da taxa de juros em 16% ao ano, constituindo-se numa aposta na continuidade da redução gradual da inflação. A oferta de crédito foi recomposta, assegurando-se na época oportuna e com a adequada distribuição por tamanho de produtor e tipo de cultura os recursos para financiar o custeio agrícola.

Outras medidas foram adotadas, dentre as quais destacam-se: a) isenção do IOF na captação de recursos externos, possibilitando a entrada de cerca de US\$ 2,2 bilhões para financiar o complexo agroindustrial, o que, composto com o mecanismo da CPR, permitiu a retirada da soja da PGPM; b) fixação de prazo de pagamento à vista para importações de milho e arroz, bem como alíquota de 10% nas importa-

ções de trigo; c) início da regularização da pendências financeiras do Proagro; d) criação do Proger Rural e do Pronaf, a taxas preferenciais, para financiar os pequenos produtores; e e) operacionalização de linha de crédito (R\$ 700 milhões) para as cooperativas integralizarem as cotas-partes de seu capital social e promoverem seu saneamento financeiro.

O conjunto de medidas adotadas manteve o mercado normalmente abastecido, tendo a inflação caído mais um degrau e, contrariando os críticos que previam resultados piores, há um ambiente favorável para expansão da área plantada na safra 1996/97, que será objeto de avaliação no próximo artigo desta série.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Guilherme Leite da Silva Dias, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***





# **As Bases da Nova Política Agrícola (II)**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Guilherme Leite da Silva Dias  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **As Bases da Nova Política Agrícola (II)**

*(Artigo publicado no O Estado de S. Paulo, em 02.10.96)*

Em seqüência ao artigo anterior, no qual iniciamos uma avaliação da trajetória percorrida pela agricultura brasileira no biênio 1995/96 e apontamos as bases sobre as quais está sendo montada a nova política agrícola de longo prazo, prosseguiremos focalizando as perspectivas para a próxima safra, cujo plantio se encontra em fase inicial.

Os indicadores disponíveis apontam recuperação da área plantada na safra 1996/97, haja vista o volume de fertilizantes entregues ao consumidor final na região centro-sul do País, que, nos primeiros sete meses do corrente ano, apresentou expansão de 13% em relação ao mesmo período do ano anterior. Até o final do ano, o nível de vendas de fertilizantes deverá atingir cerca de 12 milhões de toneladas em todo País (previsão feita pelo Sindicato da Indústria de Adubos do Estado de São Paulo), situando-se num nível próximo do registrado na safra 1994/95, o que dá suporte à previsão de uma colheita de grãos da ordem de 80 milhões de toneladas em 1997, se as condições climáticas evoluírem favoravelmente.

Com relação às inovações introduzidas, registre-se, preliminarmente, que o plano de safra anunciado no final de junho, ao indicar com antecedência qual a direção dos instrumentos de política agrícola, permitiu que os agricultores

pudessem programar melhor suas atividades por ocasião de suas decisões de plantio.

Na área do crédito rural, foram assegurados recursos da ordem de R\$ 5,2 bilhões para financiamento do custeio da safra 1996/97. As exigibilidades bancárias, cuja parcela aumentará, gradativamente, de 17% até atingir 25%, contribuirão para o maior aporte de recursos ao setor rural, além daqueles provenientes do exterior. É oportuno lembrar que o mecanismo da 63 rural/CPR está se estendendo para outros produtos além da soja.

A taxa de juros para os empréstimos concedidos com os chamados recursos controlados foi reduzida de 16% ao ano para 12%, ajustando-se à realidade de um País com inflação cadente, mas, ao mesmo tempo, conferindo tratamento preferencial ao crédito destinado à atividade rural. Os limites de financiamento foram mantidos nos mesmos níveis do ano anterior por cultura, estendendo-se o crédito até o valor de R\$ 30 mil a todos os produtos, mesmo aqueles que não fazem parte da PGPM, até mesmo para a pecuária.

A prioridade aos pequenos produtores foi reafirmada, mediante o reforço do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que contará com recursos da ordem de R\$ 1,0 bilhão. O programa teve suas regras aperfeiçoadas e estará sendo descentralizado de forma a assegurar que o crédito possa efetivamente chegar até o produtor rural, apesar de todas as dificuldades. A taxa de juros foi reduzida para 9% ao ano nas operações de custeio e no crédito de investimento foi definida a cobrança da TJLP mais 6% ao ano com rebate de 50% no pagamento. Estabeleceu-



se também limite de R\$ 5.000,00 por beneficiário no caso do custeio e de R\$ 15.000,00 para investimento de forma a assegurar a pulverização dos recursos do Pronaf, tendo sido mantida a equivalência em produto para seus beneficiários.

No que diz respeito aos preços mínimos, foram concedidos reajustes para praticamente todos os produtos integrantes da pauta, destacando-se o milho com alta de 11%, sinalizando para os agricultores a disposição do Governo em estimular o plantio da próxima safra de verão. Merece citar também os reajustes concedidos para os produtos regionais com percentuais de até 30% no caso do girassol e de 15% para juta/malva e sisal.

Outra medida relacionada aos preços mínimos foi a extensão do EGF/SOV com recursos controlados a juros de 12% ao ano para os beneficiadores e indústrias dos seguintes produtos: algodão, farinha de mandioca, cera de carnaúba, juta/malva, mamona, sisal, uva, alho, amendoim, castanha de caju e girassol, desde que comprovem o pagamento do preço mínimo ao produtor rural.

Com relação ao Proagro, foi criada uma opção nova para as lavouras de arroz, feijão, milho e soja nos estados da região centro-sul, desde que obedecem ao zoneamento agrícola oficial e adotem a tecnologia e o calendário recomendados. Desta forma, estimula-se o plantio naquelas regiões que atendam a suas reais aptidões agrícolas e reduzem-se os riscos de perdas e os custos para os agricultores, além dos dispêndios do Governo com o programa. A alíquota do Proagro para os produtores que aderirem ao zoneamento, nos casos do arroz e feijão, foi reduzida de 11,7% para 6,7%.

Para o milho e a soja, foi fixada em 3,9%, enquanto no esquema anterior era de 7%. As lavouras irrigadas ficaram com alíquota de apenas 1,7% (eram cobradas 4,7% anteriormente) e os programas direcionados aos pequenos produtores (Pronaf, Procefa e Programa da Terra) mantiveram a alíquota única de 2%.

As opções de venda são uma inovação de caráter estrutural. Foram introduzidas em 1996 e seus efeitos serão sentidos a partir do próximo ano, tendendo a ampliar-se no futuro, à medida que os produtores forem aderindo ao instrumento, que se constitui num seguro de preços para o qual pagarão um prêmio. De posse desse seguro, tendo os riscos de oscilações de preços reduzidos, os agricultores passarão a buscar no mercado os recursos para se financiarem, ampliando-se, conseqüentemente, os espaços para que mecanismos novos de crédito, a exemplo da cédula do produtor rural (CPR), assumam papel crescente no financiamento da agricultura brasileira.

Ainda com relação às opções, é importante assinalar que com a introdução desse instrumento de regulação, o Governo não mais fará operações com EGF-COV (empréstimos com opção de venda), restringindo sua ação direta na comercialização aos limites da equivalência em produto, o que significa alterar sua forma de atuação no mercado agrícola, que tem se revelado onerosa para o Tesouro Nacional e nem sempre a mais eficiente. O momento para introdução desse instrumento não poderia ser mais apropriado, haja vista que, até o início da próxima safra, os estoques públicos de alimentos estarão bastante reduzidos e será possível testar o mecanismo num ambiente em que os preços dos produtos agrícolas refletirão as reais condições de mercado.

Com o elenco de medidas anunciadas pelo Governo e considerando-se um cenário mais favorável em termos de preços, haverá recuperação da área plantada na safra 1997/98, encerrando-se a fase de transição que consistiu em trazer o setor agrícola de volta à normalidade tanto em termos de produção quanto de renda, consolidando-se as bases para o lançamento da nova política agrícola de longo prazo, que comentaremos no próximo e último artigo desta série.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Guilherme Leite da Silva Dias, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***





# **As Bases da Nova Política Agrícola (III)**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Guilherme Leite da Silva Dias  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **As Bases da Nova Política Agrícola (III)**

*(Artigo publicado no O Estado de S. Paulo, em 16.10.96)*

Nos dois artigos anteriores, fizemos uma avaliação da trajetória percorrida pela agricultura no biênio 1995/96, identificamos um quadro favorável à expansão da área plantada na próxima safra e concluimos que assegurada a volta do setor à normalidade, tanto em termos de renda quanto de produção, é o momento para o lançamento da nova política agrícola de longo prazo.

Além de ampliar a abrangência dos instrumentos novos já lançados, as linhas gerais desta política consistem em capacitar a agricultura do ponto de vista técnico e financeiro para responder à demanda crescente por alimentos nos próximos anos, tendo em vista a expansão do mercado interno e a perspectiva de ampliação das exportações. Entretanto, a montagem de uma política de longo prazo envolve mudanças da estrutura e formas de atuação tão antigas quanto arraigadas e daí suas dificuldades, especialmente no que tange à relação MF/MA/BB/Conab.

Nesse sentido, foi criado o Fórum Nacional de Agricultura que busca o concurso e estímulo dos diversos segmentos do *agribusiness* na superação dos obstáculos às mudanças nos instrumentos da política agrícola. Ao conferir maior responsabilidade aos agentes econômicos na tarefa de regulação de mercado, é necessário o aprimoramento de

formas de negociação dentro do setor privado e em suas relações com o Governo, que passam a assumir papel fundamental, tendo em vista as especificidades de mercado das cadeias produtivas que integram o complexo agroindustrial do País.

Com relação aos instrumentos já lançados (opções de venda ao Governo Federal e cédulas de produto rural — CPR), à medida que forem se consolidando, provocarão mudanças substanciais no quadro atual de financiamento e comercialização agrícolas, tornando o suporte financeiro à atividade rural menos dependente do Tesouro Nacional e do sistema tradicional de crédito rural. Com efeito, a opção de venda, ao reduzir oscilações de preços tão comuns na atividade rural, fará com que os agricultores se sintam seguros e passem a financiar-se por meio de novos mecanismos, a exemplo da CPR e outras formas privadas de financiamento.

Por outro lado, a interferência do Governo na comercialização agrícola, passando a ocorrer somente em situações limites, — ou seja, na hipótese de os agricultores e do próprio Governo exercerem suas opções, reduzirá os gastos do Tesouro Nacional com o carregamento de estoques. Conferindo a esses recursos (R\$ 1,5 a R\$ 2,0 bilhões anuais) uso alternativo mais eficiente, o Governo poderá atuar por meio de instrumentos mais voltados para o aumento da produtividade, redução de custos, melhoria da qualidade da produção rural e atendimento às necessidades dos pequenos agricultores.

No que diz respeito ao crédito rural, a idéia é concentrar a ação do Estado nos agricultores de base familiar, ten-



do em vista que esse segmento não tem acompanhado as mudanças tecnológicas dos últimos anos e dada sua dificuldade de acesso ao sistema financeiro. A ação mais agressiva nesta área requer a montagem de um esquema bancário capaz de tornar viável grande número de operações de valor reduzido a um custo suportável para o Tesouro Nacional, já que o Banco do Brasil cobra um preço muito elevado para realizar esse tipo de contrato.

Ainda com relação a crédito, é preciso montar um mecanismo que permita pôr à disposição recursos de longo prazo numa escala mais ampla do que vem sendo feita pelo Finame-Rural. Nesse caso, uma hipótese promissora seria a criação de um fundo fiscal com recursos provenientes do Imposto de Renda (Cédula G reformada), de forma a suprir as necessidades de crédito dos agricultores a taxas de juros compatíveis com o retorno de suas atividades no longo prazo.

O estabelecimento desse fundo terá de tornar-se viável no contexto de uma reforma tributária ampla que venha a desonerar os produtos de origem rural dos elevados tributos indiretos que incidem sobre a produção e o consumo, além de promover a harmonização tributária no âmbito dos países que integram o Mercosul. No caso das exportações, a desoneração do ICMS terá impacto em termos de redução de custos de 13% para os produtos básicos e de 6% para os semi-elaborados, o que ampliará a capacidade de competição da produção agroindustrial brasileira voltada para o mercado internacional. Além disso, a desoneração incidirá também sobre os bens de capital, barateando o investimento, bem como reduzindo o custo da irrigação pela eliminação do ICMS na conta de energia.

Para ampliar a competitividade da agricultura será necessário também introduzir mudanças no sistema de transportes, de modo a integrar tanto o mercado doméstico quanto permitir alternativas para o escoamento da produção da região Centro-Oeste destinada às exportações. A esse respeito, o estabelecimento dos corredores multimodais, já aprovado pela Câmara de Infra-Estrutura, otimizará o sistema de transportes para escoamento de produtos agrícolas e insumos, através da utilização integrada das rodovias, hidrovias e ferrovias (em processo acelerado de privatização).

O processo de abertura comercial impõe permanente preocupação com a produtividade, qualidade e controle sanitário dos produtos de origem rural, razão pela qual as diretrizes da política agrícola de longo prazo dão prioridade às ações do Governo nas áreas de pesquisa, extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, educação rural e infra-estrutura no meio rural. A ampliação dessas ações demandará maior integração entre a União, Estados e Municípios e a remontagem do orçamento e das funções do Ministério da Agricultura, o que já está sendo articulado com a implantação do Projeto de Reorientação Institucional do Ministério da Agricultura (Prima).

O processo de abertura da economia requer também a consolidação de uma política comercial que proteja a produção nacional contra importações subsidiadas nos países de origem. Trata-se de estabelecer mecanismos ágeis de defesa comercial e contra práticas desleais de comércio, levando-se em conta toda cadeia produtiva. Além disso, questões como harmonização tributária e regulatória no âmbito do Mercosul passam a ser fundamentais.

A realização desse conjunto de ações, aliada à capacidade de resposta de nossos agricultores, permitirá a ampliação da capacidade produtiva do setor agropecuário e o alcance da meta de produção de 100 milhões de toneladas de grãos até o final da década. Com isso, a agricultura continuará cumprindo suas funções de fornecedora de alimentos e de geradora de excedentes para exportação, atendendo aos requisitos essenciais para a consolidação da estabilização e retomada do crescimento econômico do País.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Guilherme Leite da Silva Dias, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***





# **A Agricultura e o Custo Brasil**

*José Roberto Mendonça de Barros*

*Rui Modenesi*

*Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **A Agricultura e o Custo Brasil**

*(Artigo publicado no O Globo, em 25.10.96, e Revista de Política Agrícola, Ano VI, nº 1, jan./fev./mar./97)*

A estabilização da economia, que há mais de dois anos vem mantendo a inflação numa trajetória nitidamente decrescente, ao recuperar entre os agentes econômicos a noção de preços relativos, trouxe à tona ineficiências no campo da infra-estrutura e distorções de natureza financeira e tributária que reduzem a competitividade dos produtos brasileiros, que convencionou-se chamar de “Custo Brasil”.

O processo de abertura da economia, que teve forte impulso a partir da implantação do Plano Real, ao embutir internamente os vetores de preços vigentes no mercado externo, também tem evidenciado custos que oneram as atividades produtivas, nas quais estão incluídas a agricultura e as cadeias produtivas a ela conectadas integrantes do complexo agroindustrial brasileiro.

Acrescente-se ainda que a atual política cambial, ao desatrelar-se da inflação passada, o que é consistente com a estabilização da moeda, também tem realçado a precariedade do sistema de transportes existentes no País, o que afeta de forma mais intensa a agricultura pela maior distância de suas unidades de produção em relação aos centros de consumo.

Nesse contexto, os setores produtivos têm respondido com agilidade aos desafios impostos por uma economia aber-

ta e que vem se integrando ao processo de globalização, mediante ganhos de produtividade registrados tanto na indústria — 7,5% ao ano, em média, no período 1990/95 — quanto na agricultura: o rendimento médio das lavouras de grãos foi de 5,7% ao ano no mencionado período. O Governo, por sua vez, atento à necessidade de remover os mencionados entraves que retiram competitividade da economia brasileira, vem adotando um conjunto de medidas que em função de sua abrangência e impacto na redução de custos para a agricultura merece adequada avaliação.

Na área de infra-estrutura, os ganhos de eficiência já alcançados ficarão mais evidentes à medida que forem sendo concluídas as privatizações da Rede Ferroviária Federal (em adiantada fase de implementação) e do sistema portuário (a administração dos portos de Itajaí, Laguna, Porto Velho e Cabedelo será transferida à iniciativa privada a partir da publicação dos editais até o final de 1996, assim como Recife, Manaus e Maceió no próximo ano). A propósito, a concessão para o setor privado das três principais malhas ferroviárias (Oeste, Centro-Leste e Sudeste) já vem apresentando resultados positivos, haja vista a restauração do material rodante, o que tende a se ampliar com a realização dos investimentos previstos (R\$ 887 milhões) na fase inicial do programa de desestatização.

Com relação ao sistema portuário, em que pese o atraso na fase inicial das privatizações, o modelo adotado, ao estimular a competição entre os operadores privados de um mesmo porto e também entre os portos, induz à redução de tarifas. Com a criação do Grupo Executivo para Modernização dos Portos (Gempo), em abril de 1995, uma série de



ações voltadas para a redução de custos vem sendo adotadas, dentre as quais destacam-se: a) racionalização da gestão da mão-de-obra; b) aceleração do processo de arrendamento de terminais privativos (já foram assinados 27 contratos de adesão e 31 de arrendamento estão sendo implementados nos portos de Santos e Sepetiba); c) integração dos agentes do poder público, agilizando as operações portuárias; e d) racionalização de tarifas (vide a extinção recente do “adicional de tarifa portuária” que reduziu em 20% os custos sobre movimentação de cargas).

Na área financeira, a préfixação da taxa de juros em 16% ao ano — nas operações de custeio e comercialização agrícolas para a safra 1995/96, com os chamados recursos controlados (operações oficiais de crédito, exigibilidades bancárias, poupança rural, Fundo de Amparo ao Trabalhador e Fundo de Investimento Extramercado) — constituiu-se como efetiva redução de custos. Até a adoção dessa medida, por estar atrelado à TR (em jul./95, a taxa anualizada era de 42% ao ano), o crédito rural impunha encargos financeiros muito altos para a agricultura.

Embora as taxas de juros venham apresentando clara tendência de queda a partir de meados do ano passado, ainda estão num nível elevado para os padrões internacionais, razão pela qual o Governo, mais uma vez, prefixou em 12% ao ano os juros nominais do crédito rural na safra 1996/97, conferindo tratamento preferencial à agricultura. Para as operações de custeio realizadas no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a taxa nominal de juros foi ficada em 9% ao ano, ampliando o benefício para os pequenos produtores rurais. Mais recentemente, o

Conselho Monetário Nacional estendeu a prefixação dos juros (16% ao ano nas operações com prazo de até 18 meses) aos empréstimos concedidos pelo Finame Rural, quando destinados ao financiamento de implementos e manutenção/recuperação de máquinas agrícolas, tornando mais barato o crédito para essa modalidade de investimento.

A redução a zero da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na captação de recursos externos foi outra medida que implicou redução dos encargos financeiros para o setor agroindustrial. Com a isenção do IOF, foi possível captar cerca de US\$ 3,3 bilhões no exterior (63 Rural), alavancado recursos para as operações com as Cédulas do Produtor Rural — CPR, cuja participação tem sido crescente como fonte de financiamento para a agricultura, tendendo a se ampliar à medida que forem se consolidando os mercados futuros no País.

Ainda com relação ao IOF, foi reduzida a zero sua incidência sobre operações de crédito destinadas à comercialização de produtos agrícolas (NPR/duplicata rural), o que, dependendo do prazo de desconto da operação, implicará redução de 1% a 2% nos custos financeiros. Essa medida estimula a comercialização privada das safras agrícolas, desonerando o Tesouro Nacional dos gastos e ineficiências associadas ao carregamento de elevados estoques públicos de alimentos.

Com o mesmo objetivo de reduzir encargos de natureza financeira, foram alteradas as regras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária ( Proagro) mediante a implantação do zoneamento agrícola, adotando-se as seguintes



alíquotas, que reduzem o custo dessa modalidade de seguro: a) para as culturas de arroz e feijão, o adicional passará de 11,7% para 6,7%; b) no caso do milho e da soja, o percentual cai de 7% para 3,9%; c) a alíquota do trigo reduz-se de 11,7% para 4%; d) as lavouras irrigadas tiveram redução de 4% para 1,7%; e e) as operações do Pronaf pagarão 2%. Essa redução da ordem de 57% nos custos de adesão ao Proagro, além de conferir-lhe maior abrangência, diluindo os riscos associados à atividade rural, torna o programa menos oneroso para o Tesouro Nacional.

Na área tributária, a desoneração do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados, assim como sobre a aquisição de bens de capital e o uso de energia elétrica para fins produtivos, representa ganhos de eficiência que mais do que compensarão o seu custo fiscal. A medida produz o mesmo efeito de uma desvalorização cambial e significa um ganho potencial de rentabilidade da ordem de 13% para os produtos básicos e de 6,1% para os semi-elaborados, beneficiando um conjunto de produtos que representa cerca de 40% do valor das exportações brasileiras, cujas vendas ao exterior deverão ser ampliadas em cerca de US\$ 1,2 bilhão em 1997.

Estima-se, também, que a desoneração do ICMS reduzirá na proporção de 8% a 10% o preço final das máquinas agrícolas, constituindo-se em estímulo ao investimento rural, o que permitirá a ampliação da capacidade produtiva de alimentos a médio e longo prazos. No caso da energia elétrica, ao permitir a compensação dos créditos, a mudança na legislação do ICMS significa não somente menor custo para a agricultura irrigada, mas também incentivo para que no-

vos projetos de irrigação venham a ser implantados futuramente.

Concluindo, o conjunto de medidas adotadas removeu distorções e ineficiências que puniam os setores produtivos e em particular aqueles ligados à agricultura, tornando-os mais competitivos para enfrentar o duplo desafio que consiste em concorrer com produtos importados e ganhar novos mercados no exterior, contribuindo para melhorar o perfil das contas externas do País, que é uma das condições para a consolidação do processo de estabilização e de retomada do crescimento econômico em bases sustentadas.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Rui Modenesi, Secretário-Adjunto de Política Econômica/MF.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***



# **O Desempenho da Agropecuária em 1996 e as Perspectivas para 1997**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **O Desempenho da Agropecuária em 1996 e as Perspectivas para 1997**

*(Artigo publicado no Boletim de Acompanhamento  
Macroeconômico - SPE/MF, dez./96)*

O resultado da colheita de grãos de 73 milhões de toneladas, em 1996, não pode ser considerado ruim diante das dificuldades enfrentadas pelo setor rural na fase que antecedeu o plantio da safra de verão. Com efeito, a agricultura enfrentou problemas de endividamento, que se manifestaram de forma aguda naquela ocasião, resultante de descasamentos entre ativos e passivos dos agricultores e do uso da TR, no passado, como indexador do crédito rural.

Soma-se ainda a queda observada na renda agrícola em 1995, provocada por um quadro de excedente de oferta — no mencionado ano, o País colheu cerca de 80 milhões de toneladas de grãos — a despeito do aumento significativo ocorrido no consumo de alimentos a partir do Real, o que provocou redução nos preços dos alimentos em termos reais, desestimulando o plantio.

Apesar das previsões pessimistas, que falavam em redução de até 20% na área plantada, o percentual de queda, ao final da safra 1995/96, foi de apenas 1,9%, para o conjunto dos produtos que integram o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola/IBGE, embora a redução de área tenha sido maior para as culturas de verão (cerca de 8%), que são mais sensíveis às oscilações de mercado.

Todavia, apesar das dificuldades, não houve qualquer problema de abastecimento. Na verdade, o que ocorreu foi um ajustamento nos preços relativos dos alimentos que, no atacado, acumularam alta de 16,1% no período janeiro-novembro de 1996, percentual acima da média (6,8%), como resultado da menor safra colhida internamente e também da alta nas cotações das *commodities* agrícolas no mercado externo.

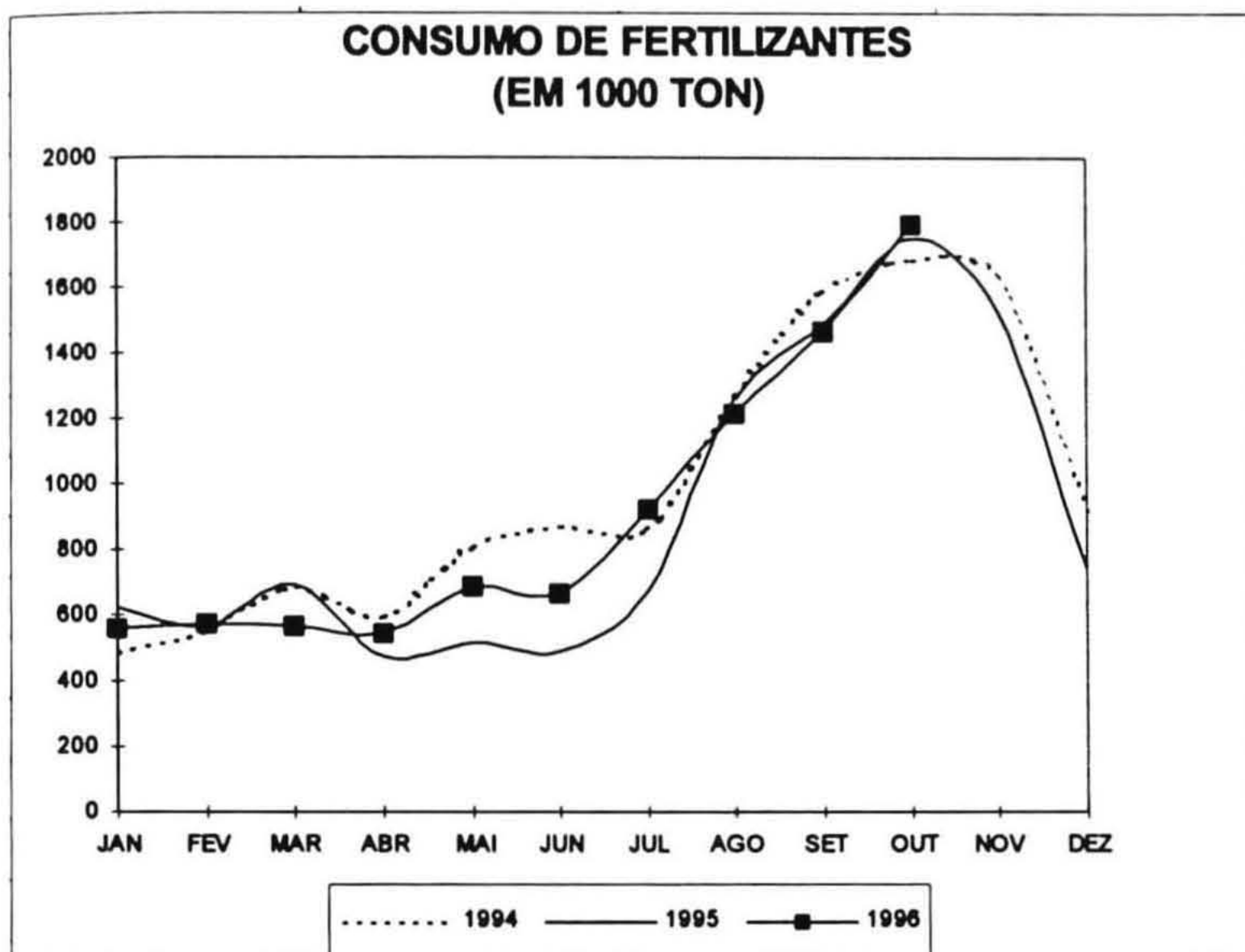
Em contrapartida a essa alta dos preços agrícolas, houve recuperação da renda rural em 1996, o que não significou interromper a trajetória de queda gradual da inflação. Ao contrário do que se afirmava — sob o argumento de que não contando mais com a chamada “âncora verde”, as bases de sustentação do Plano Real seriam abaladas — os resultados favoráveis no combate à inflação não somente desmentiram essa argumentação, como evidenciaram que, diferentemente do que ocorria no passado, é possível à economia brasileira acomodar reajustes de preços relativos, mesmo tratando-se de um setor com o peso da agricultura, sem que isso implique perda do controle da inflação.

Com relação à pecuária, o volume de abates e a produção de leite seguiram apresentando resultados positivos ao longo de 1996 (jan.-ago./96 com relação ao mesmo período do ano anterior), tendo acusado as seguintes taxas de crescimento: a) bovinos (10,7%); b) suínos (12,1%); aves (7,0%) e produção de leite (8,4%). Essa boa performance da produção animal impulsionou o crescimento do PIB agrícola que deverá apresentar expansão de cerca de 3,5% em 1996.

Os fatos não deixam dúvida de que a agricultura voltou à normalidade, em 1996, com a recuperação da renda



rural e o plantio firme que se observa na atual safra de verão como demonstra o consumo de fertilizantes que, nos primeiros dez meses de 1996, cresceu cerca de 5% comparado ao mesmo período do ano anterior (vide gráfico).



Para a safra 1996/97, embora a área plantada deva se manter nos mesmos níveis da anterior, a maior utilização de insumos modernos permitirá uma expansão da colheita de grãos estimada em 78 milhões de toneladas, o que significa um acréscimo de 5 milhões de toneladas em relação ao ano agrícola anterior. A regularização das pendências financeiras dos agricultores junto ao sistema financeiro contribuiu para essa recuperação da produção rural, através da chamada securitização da dívida agrícola, concluída em meados de 1996.

Nessa mesma direção, foi importante o anúncio do plano de safra com antecedência recorde, permitindo que os agricultores pudessem planejar melhor suas decisões com relação ao plantio da safra em curso. No elenco de medidas contempladas, merecem menção a redução na taxa de juros de 16% para 12% ao ano no crédito rural, assim como o reajuste nos preços mínimos para praticamente todas as lavouras integrantes da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos, além do zoneamento agrícola que reduziu em 57% o custo de adesão ao Proagro.

A desoneração do ICMS nas exportações de produtos básicos e semi-elaborados, ao ampliar a competitividade das exportações dos produtos de origem rural, também constituiu-se em estímulo aos agricultores e possibilitará ao setor agrícola contribuir de modo ainda mais acentuado para o equilíbrio das contas externas do País no próximo ano. A medida produz o mesmo efeito de uma desvalorização cambial e significa um ganho potencial de rentabilidade da ordem de 13% para os produtos básicos e de 6,1% para os semi-elaborados.

A propósito da contribuição da agricultura para o equilíbrio das contas externas do País, é importante assinalar que as exportações de produtos de origem rural apresentaram acréscimo de US\$ 970 milhões de janeiro a outubro de 1996, relativamente ao mesmo período do ano passado, o que significa aumento superior ao registrado pelas importações de grãos/produtos da indústria de moagem (US\$ 440 milhões) e adubos/fertilizantes (US\$ 157 milhões) somados. Esses dados confirmam as previsões feitas pelo MF/SPE, no início do ano, quando foi previsto que o adicional de divisas

com as exportações agrícolas, em 1996, compensaria o aumento das importações de grãos e insumos de uso no meio rural.

No caso específico do milho, as compras desse produto no exterior resultaram em apenas 200 mil toneladas até outubro do corrente ano, colocando o País como exportador líquido do cereal, já que as exportações atingiram 362 mil toneladas no período, contrariando as previsões de um volume de importações de até 3 milhões de toneladas.

No tocante ao financiamento da atual safra de verão, o Banco do Brasil já tornou disponíveis recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões para o custeio de julho a novembro de 1996, o que significa que foi mantido o volume de crédito concedido em igual período do ano passado (R\$ 2,3 bilhões). Todavia, é importante realçar que novos mecanismos de crédito vêm adquirindo participação crescente no financiamento rural, a exemplo da Cédula de Produto Rural (CPR), com tendência a se ampliar à medida que se consolidem os mercados futuros no País.

A captação de recursos externos também tem se revelado importante fonte de liquidez para o complexo agro-industrial brasileiro. Com efeito, a entrada líquida de recursos através da chamada “63 Rural” foi da ordem de US\$ 2,8 bilhões nos onze primeiros meses de 1996. Outra fonte de liquidez para a agricultura, que tende a crescer com a estabilização, são os recursos provenientes das exigibilidades dos bancos comerciais, que aportaram cerca de R\$ 1,2 bilhão para o financiamento rural entre julho e novembro de 1996.



Finalmente, cumpre assinalar que persistem desafios a serem enfrentados pela agricultura brasileira nos próximos anos e que vão demandar ações conjuntas do setor privado e dos governos, em seus diferentes níveis, a exemplo da reestruturação produtiva das lavouras de arroz e algodão. Tratam-se de segmentos que requerem avanços do ponto de vista tecnológico, haja vista o aumento de suas importações nos últimos anos. A produção rural de base familiar, para a qual o Governo continuará aportando recursos orçamentários — os financiamentos concedidos através do Pronaf foram da ordem de R\$ 550 milhões até outubro de 1996 com juros de 9% ao ano, com previsão de ampliação para R\$ 1,5 bilhão em 1997 — é outro segmento que terá de enfrentar o desafio da modernização.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***



**O Que Está  
Acontecendo com a  
Agricultura Brasileira?**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **O que Está Acontecendo com a Agricultura Brasileira?**

*(Artigo publicado na Gazeta Mercantil, em 06.05.97)*

Essa pergunta angustiada vem sendo feita repetidamente por um conhecido especialista em economia agrícola. A propósito, neste artigo, procuramos evidenciar o cenário em torno do qual modificações profundas vêm ocorrendo na agricultura brasileira, que se inserem num processo mais amplo de reestruturação da economia do País.

A safra de 81 milhões de toneladas de grãos que está sendo colhida, em 1997, significa não somente a volta da agricultura à normalidade em termos de produção, mas pode ser qualificada também como uma boa safra do ponto de vista dos preços recebidos pelos agricultores. Pelo segundo ano consecutivo, a recuperação dos preços está assegurando a recomposição da renda agrícola que, após a queda ocorrida em 1995, apresentou um incremento nominal da ordem de 16% (segmento lavouras) no ano passado, devendo expandir-se, novamente, cerca de 11%, em 1997, também em função do tamanho da safra, segundo projeções realizadas pela SPE/MF.

O maior excedente exportável, aliado aos preços firmes das “commodities” no mercado internacional, indica também que o saldo da balança comercial agrícola deverá apresentar uma expansão de US\$ 2,0 bilhões em 1997. Isso significa que a agricultura ampliará sua contribuição para melhoria das contas externas do País ante os resultados obti-

dos em 1996, quando o acréscimo das exportações dos principais complexos agropecuários (US\$ 936 milhões), mesmo num ano marcado por quebra de safra, superou o incremento das importações de alimentos (US\$ 547 milhões) e de matérias-primas (US\$ 165 milhões) para uso no meio rural.

Os indicadores apontados, além de confirmarem a capacidade de empreendimento e de resposta de nossos agricultores, revelam o acerto das políticas governamentais, que, buscando equacionar os problemas de liquidez do setor rural, simultaneamente, vêm introduzindo novos instrumentos que alteram as bases da política agrícola.

Do ponto de vista da liquidez da agricultura, a securitização da dívida rural foi um requisito essencial para retirá-la da crise a que estava submetida, envolvendo recursos da ordem de R\$ 7 bilhões. Ao promover a rolagem das dívidas, até o limite de R\$ 200 mil por produtor, num prazo de 7 a 10 anos, com carência de 2 anos e taxa de juros de 3% ao ano mais a variação do preço mínimo, o sistema de securitização beneficiou cerca de 350 mil agricultores, em sua grande maioria, de pequeno e médio portes.

Quanto às condições de financiamento, o fluxo de recursos direcionado às atividades ligadas ao *agribusiness* vem se ampliando, não somente pela melhoria do acesso ao crédito externo, através da chamada “63 caipira” — que permitiu a entrada de US\$ 5,3 bilhões em 1996 — mas também pela elevação dos recursos em moeda nacional provenientes das exigibilidades bancárias. A elevação dos depósitos à vista em decorrência da estabilização da economia, associada ao aumento do percentual de aplicações obrigatórias de 17%



para 25%, resgata essa fonte de financiamento para a agricultura e amplia para R\$ 5 bilhões anuais o potencial de recursos para aplicações no crédito rural.

As condições de liquidez para a agricultura de base familiar também vêm sendo ampliadas, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que opera com uma taxa de juros de 9% a.a. no crédito de custeio e TJLP mais 6% a.a., com rebate de 50%, nas operações de investimento. O montante de crédito contratado por meio do Pronaf, desde sua implantação (ago./95) até o presente, foi da ordem de R\$ 640 milhões, o que permitiu o atendimento de 347 mil agricultores.

Com relação aos novos instrumentos, recentemente foram lançados os contratos de opções para o milho, tendo sido ofertados nos quatro primeiros leilões 27,8 mil contratos, dos quais 52% foram arrematados (equivalentes a 389 mil toneladas), o que revela sua boa aceitação pelo mercado. Os contratos de opções — aprovados também para o arroz, algodão e trigo — funcionam como um seguro de preços, mediante o pagamento de um prêmio, podendo sua liquidação ser efetuada pela diferença entre o preço de exercício e o valor de mercado do produto, por ocasião do vencimento, evitando a transferência de mercadorias para as mãos do Governo.

No caso do trigo, a solução para assegurar o pagamento do preço mínimo ao produtor nacional e, ao mesmo tempo, evitar aquisições diretas pelo Governo foi a introdução do Prêmio de Escoamento de Produto, mais conhecido como PEP. Esse instrumento permitiu a venda de cerca de 1 milhão de toneladas de trigo aos moinhos, a um custo médio

de US\$ 40/ton., redundando num custo bem menor para o Tesouro Nacional, relativamente aos dispêndios envolvidos nos instrumentos tradicionais atrelados à Política de Garantia de Preços Mínimos, que implicaram em gastos de US\$ 95/ton., em média, nas duas safras precedentes.

Adicionalmente, é importante registrar que a agricultura tem sido o setor mais beneficiado com a adoção de medidas voltadas para redução do chamado “custo Brasil”, em que pese o atraso das privatizações na área portuária. Com efeito, foram significativos os avanços na área financeira, mediante a (i) préfixação da taxa de juros no crédito rural (de início, fixada em 16% aa., foi reduzida para 12% a.a.); (ii) fixação de alíquota zero do IOF na captação de recursos externos (“63 caipira”) e nas operações de crédito com NPR/duplicata rural; e (iii) redução de 57%, em média, nas alíquotas do Proagro. Na área tributária, registre-se que a desgravação do ICMS nas exportações representou um ganho potencial de rentabilidade da ordem de 13% para os produtos básicos e de 6% para os semi-elaborados. Além disso, a recente ampliação do ressarcimento do PIS/Cofins — incluindo o segmento produtor de carnes, peixes e derivados, além de calçados e têxteis — representa uma redução de custos de até 5,3% para as exportações de origem agro-industrial.

No campo da infra-estrutura, são evidentes os ganhos de eficiência alcançados com a privatização das ferrovias, que tendem a se ampliar com as novas rotas de escoamento da produção (hidrovias: Madeira, Tocantins-Araguaia, Paraguai-Paraná e São Francisco), já em operação, abrindo oportunidades para a realização de novos investimentos. Trata-se de uma mudança na logística de transportes, que está



promovendo uma reordenação das atividades econômicas em todo o território nacional, consolidando a região Centro-Oeste como o grande polo de produção agropecuário do País.

Diante dessas constatações, pode-se afirmar, em síntese, que a agricultura recuperou-se, quase por completo, da crise ocorrida em 1995, com um reduzido custo fiscal e sem provocar pressões de preços ou qualquer problema de abastecimento. Os instrumentos novos, por sua vez, vêm permitindo ao Governo retirar-se da administração dos estoques públicos, o que significa aumento de eficiência e redução de custos.

Está claro também que a concessão de subsídios, através do crédito rural, utilizada no passado para promover maior equidade, ao invés de reduzir as desigualdades, acabava provocando maior concentração de renda. A estratégia adotada para corrigir essa distorção consiste em reduzir os subsídios para a agricultura comercial, — mas dotando-a da rede de proteção necessária para operar no mercado (vide a criação dos contratos de opções) — e em reservar os recursos orçamentários para a agricultura de base familiar. Os instrumentos para promover a integração desse segmento de agricultores ao mercado são o Pronaf (a previsão é aplicar R\$ 1,5 bilhão em 1997) e o Programa de Reforma Agrária (a meta é assentar 280 mil famílias no período 1995/98). No biênio 1995/96, promoveu-se o assentamento de cerca de 105 mil famílias, o que significou quase a metade do total de 218 mil trabalhadores rurais assentados ao longo do período anterior a 1995.

Feitas essas observações, a pergunta relevante não é o que está acontecendo com a agricultura brasileira, mas o que

está acontecendo com alguns analistas que não perceberam a dimensão de dois aspectos fundamentais que têm provocado mudanças estruturais na economia brasileira. Primeiramente, não estão entendendo o funcionamento de uma economia aberta e os ganhos de eficiência daí decorrentes, onde importar e exportar o mesmo produto, ao longo do ano, é perfeitamente normal. É ilustrativo o exemplo do milho, cujas exportações (351 mil toneladas) superaram ligeiramente as importações (320 mil toneladas) no ano passado, colocando o País, inclusive, como exportador líquido desse cereal. As exportações para países do Hemisfério Norte, no período de safra, equivalem à realização de aquisições por parte do Governo (AGF) e as importações, na entressafra, têm o mesmo efeito de leiloar estoques. Essa estratégia, que precisa ser ampliada, significa transferir para o resto do mundo os elevados custos associados ao carregamento de estoques.

Ainda no contexto de uma economia aberta, há outro equívoco por parte dos analistas, quando não percebem que parte das vantagens comparativas que o País dispõe para produzir arroz e algodão está sendo reduzida, devido ao envelhecimento dos métodos de cultivo e colheita dessas lavouras, embora seja verdadeiro que o financiamento de importações explique boa parte das vantagens do algodão importado (no caso do arroz, não há possibilidade de financiar importações). Essa constatação leva à necessidade de implementar programas de reestruturação produtiva para essas lavouras, até mesmo por que, no caso específico do algodão, é preciso reconhecer que o ajustamento da indústria têxtil à abertura econômica, em grande parte, consistiu em suprir-se de matéria prima no exterior para beneficiar-se do diferencial entre a taxa de juros interna e externa. Entre-



tanto, com a obrigatoriedade de contratação antecipada do câmbio para importações financiadas até 360 dias, esse ganho tende a desaparecer, ao mesmo tempo em que são colocados recursos adicionais para a comercialização da safra (EGF/SOV para a indústria), a um custo de 12% ao ano. Portanto, não existe nenhuma evidência sólida que o País esteja caminhando para uma situação de importador líquido de produtos agrícolas.

O segundo aspecto que precisa ficar claro é que com a estabilidade econômica mudanças extraordinárias vêm ocorrendo e os impactos distributivos em termos de renda daí decorrentes implicaram o aumento tanto da demanda total, quanto por qualidade. Os resultados são perceptíveis, inclusive em segmentos tradicionais como o leiteiro, que passou a ofertar um produto cada vez de melhor qualidade em resposta a essa demanda crescente, indicando novas oportunidades de negócios por meio destas rotas.

Num ambiente de estabilidade da moeda, a operação da atividade agrícola exige também mais capitalização por parte do produtor rural. A esse respeito, é interessante registrar que a redução no valor da terra, antes utilizada como reserva de valor — a queda real foi de 45%, em média, desde a implantação do Real, tornando-se um fator relativamente abundante — tem induzido a aplicação dos lucros na própria atividade rural. No passado, parte da lucratividade do setor era desviada para a compra de terras, tendo contribuído também para desestimular essa prática o fato de não haver mais subsídio ao crédito rural. Nesse ambiente, os critérios ótimos de localização também se alteram, sendo necessário pensar na atividade rural como parte integrante das

cadeias produtivas, o que torna possível a disseminação do uso de tecnologias modernas, além de facilitar o acesso a financiamentos e melhorar as condições de comercialização da produção.

Ainda a propósito da estabilização, convém registrar que o aumento da taxa de juros, ocorrido em 1995, deve ser visto como uma contingência do quadro macroeconômico daquela época, tratando-se de um ajuste temporário e, portanto, longe de representar redução da prioridade conferida à agricultura. Ao implementar a securitização, assim como pré-fixar a taxa de juros no crédito rural, além de introduzir a “63 caipira”, a ação do Governo foi no sentido de reduzir a taxa de juros efetiva para o setor agropecuário. Mais recentemente, foi possível estender a pré-fixação, inclusive, para o crédito de investimento, mediante a criação da linha de financiamentos para máquinas/implementos agrícolas, com juros de 16% aa., num prazo de até 5 anos.

Finalmente, a consolidação da estabilidade econômica e da abertura comercial, ao lado do avanço da privatização, indica que estamos numa rota de transição para um novo modelo de longo prazo para a economia brasileira, no qual a agricultura tem um papel até mais importante a desempenhar do que no passado.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***

# **Agricultura: a volta à normalidade**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*





## **Agricultura: a volta à normalidade**

*(Artigo publicado na Gazeta Mercantil, em 26.09.97)*

No momento que antecede o terceiro plantio da safra de verão posterior à crise de renda ocorrida em 1995, justamente quando o setor agrícola sai de uma transição difícil e volta à normalidade, vêm florescendo algumas análises sobre seu desempenho, apontando em direção oposta. Argumentam ter ocorrido queda de produção e renda para as lavouras de mercado interno; queda de renda com relação à década passada e crescimento das importações de alimentos.

A propósito desse diagnóstico crítico, há algumas questões que precisam ser ponderadas. Primeiramente, já não faz mais sentido a distinção entre lavouras de mercado interno e externo, haja vista o mercado de café, no qual o Brasil se posiciona como o maior exportador e também o segundo maior consumidor mundial. Outro argumento que não justifica essa distinção é o fato de o mesmo produtor dedicar-se ao plantio de produtos com diferentes destinações de mercado, inclinando-se mais para um ou outro dependendo dos preços relativos entre eles.

Com referência à alegada queda na renda agrícola em relação à década passada, as comparações que tomam como base períodos que incluem mudança de moeda num cenário de inflação muito elevada ficam comprometidas, pois os preços se tornam muito sensíveis aos deflatores utilizados. Há evidências claras de que os preços deflacionados ficam su-

perestimados e, portanto, a renda do período base. Além disso, os cálculos de renda agrícola consideram apenas uma parte do sistema produtivo rural, faltando incorporar os segmentos mais dinâmicos como a produção animal (representa cerca de 40% do PIB agropecuário) e hortaliças/frutas.

Outro aspecto que precisa ser ponderado na discussão sobre a renda agrícola é que faz parte da dinâmica do processo de modernização da agricultura o repasse aos preços dos ganhos de produtividade, que se traduzem em benefícios para os consumidores. Como a agricultura opera em mercados que se caracterizam pela maior concorrência, os produtores rurais que desejarem manter suas margens de lucro devem estar sempre incorporando modernas tecnologias que tornem o processo produtivo mais eficiente (o que significa aumento de produtividade e redução de custos unitários), caso contrário, estarão condenados a abandonar a atividade a médio e longo prazos.

Além disso, a abertura da economia não é bem compreendida, pois é normal exportar na safra e importar na entressafra, transferindo-se os custos de carregamento de estoques para o resto do mundo. Convém importar milho no Nordeste enquanto o custo de remoção do Centro-Oeste for muito elevado. A propósito, é preciso melhorar a logística de transportes, o que está sendo feito com a implantação de corredores de transportes multimodais, integrando rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Ainda a respeito das importações, é preciso considerar que a maior aquisição de um produto no exterior acaba liberando recursos para expandir outras culturas de exportação nas quais o País dispõe de mais vantagens comparativas.

O diagnóstico crítico também desconhece o papel do envelhecimento de recursos tecnológicos e seus efeitos (casos típicos das lavouras de arroz e algodão), colocando todo o peso dos problemas na política agrícola. Além disso, generaliza alguns problemas regionais, especialmente os do sul do País, onde entre outras coisas houve quebra de safra por dois anos consecutivos em razão da seca.

Diante desses argumentos, propomos uma visão alternativa sobre o desempenho da agricultura, cujo PIB setorial apresentou uma expansão de 45,7% no período compreendido entre 1987 a 1996, registrando-se crescimento superior à média da economia (20,7%). Em período mais recente (1994/97), claramente a agricultura como um todo mantém-se numa rota de crescimento, tendo o seu PIB apresentado uma expansão média de 5,6% a.a. (considerou-se a taxa de crescimento de 4,9% para o PIB agrícola em 1997, que reflete a média das estimativas existentes no mercado).

Outro aspecto a ser considerado é que a relativa estabilidade da área plantada nos últimos dez anos foi amplamente compensada pelo aumento da produtividade, cujo incremento foi de cerca de 32%, evidenciando a extraordinária capacidade de ajustamento da agricultura brasileira ao processo de abertura da economia. Quanto às relações de trocas (IPR/IPP), com exceção do ano de 1995, quando os preços recebidos cresceram menos que os preços pagos pelos agricultores, revelam uma trajetória de expansão positiva na atual década (42,6%), indicando que não houve perda do poder de compra dos agricultores, considerando-se a variação desse índice ponta a ponta.



Do ponto de vista da renda agrícola, após a queda ocorrida em 1995, voltou a expandir-se por dois anos consecutivos, tendo apresentado crescimento real de 2,3% em 1996 e 5,1% em 1997. Como reflexo desse quadro de recuperação do setor rural, as vendas de fertilizantes, após o crescimento de 13% em 1996 (quando atingiu o recorde de 12,2 milhões de toneladas), prosseguem expandindo-se, registrando incremento de cerca de 20% nos primeiros sete meses do corrente ano relativamente a idêntico período do ano passado. As vendas de máquinas agrícolas também vêm reagindo positivamente (cresceram 38,7% nos primeiros sete meses de 1997 com relação ao mesmo período do ano passado), indicando que os agricultores voltaram a investir, o que permite prever para a próxima safra expansão da área plantada e da produção, se as condições climáticas forem favoráveis.

Por todas essas razões, reafirmamos que a agricultura voltou à normalidade, tanto em termos de renda quanto de produção (após a redução ocorrida em 1996, a colheita de grãos voltou a expandir-se, devendo situar-se em torno de 78 milhões de toneladas na safra 1996/97, segundo a média das estimativas existentes), embora persistam problemas que precisam ser superados. A reestruturação das lavouras de arroz (15% da área no RS já vem sendo plantada com sementes pré-germinadas) e algodão (há um processo de expansão da cultura no Centro-Oeste, baseado na colheita mecanizada) precisa avançar, assim como a integração da agricultura de base familiar às cadeias produtivas agroindustriais e ao sistema cooperativista, de modo a torná-la mais competitiva.

Quanto à questão fundiária, a queda no preço da terra que se seguiu à estabilização (45% em termos reais) está



provocando uma revolução que muda séculos de patrimonialismo no Brasil. O novo ITR — cuja alíquota pode chegar a 20% do valor da terra nua, dependendo de seu grau de utilização — e os mecanismos de mercado que possibilitam a compra e a venda de terras para o assentamento de trabalhadores rurais (reduzem custos e são mais ágeis) também contribuirão para promover o reordenamento da propriedade da terra no Brasil.

Por fim, a estabilização da economia e os efeitos distributivos dela decorrentes não somente ampliaram a base de consumo de alimentos, mas também provocaram uma mudança na estrutura da demanda, privilegiando o consumo de proteínas de origem animal (o consumo de carnes por habitante no período 1994/96 cresceu cerca de 18% com relação a 1991/93), o que explica o maior dinamismo da produção animal. Soma-se a isso, a retomada do crescimento econômico em bases sustentadas (o PIB brasileiro vem crescendo pelo quinto ano consecutivo a uma taxa média de 4,2%) com conseqüente elevação da renda per capita, o que assegura a expansão da demanda de alimentos, abrindo espaço para a realização de novos investimentos e a continuidade do processo de expansão da produção agroindustrial brasileira.

---

**José Roberto Mendonça de Barros**, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

**Evandro Fazendeiro de Miranda**, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.



# **Estoques Públicos de Alimentos**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*





## **Estoques Públicos de Alimentos**

*(Artigo publicado no Boletim de Acompanhamento  
Macroeconômico - SPE/MF, nov./97)*

O fenômeno climático *El Niño*, à medida que pode trazer conseqüências para a produção rural, amplia as possibilidades de especulação nos mercados agrícolas. Em função disso e considerando-se também a entressafra brasileira dos principais grãos, torna-se oportuna uma avaliação dos estoques públicos de alimentos, que se constitui num elemento importante para a formação das expectativas e tomada de decisões por parte dos agentes econômicos.

Os estoques públicos de alimentos (sob a forma de EGF-Empréstimos do Governo Federal e AGF-Aquisições do Governo Federal) atingiram cerca de 8,1 milhões de toneladas em out/97, patamar ligeiramente superior ao registrado em idêntico mês do ano anterior (Quadro 1), indicando que há um volume adequado de estoques para manter o mercado normalmente abastecido no período de entressafra. Registre-se que as estatísticas relacionadas a esses estoques assumiram maior grau de confiabilidade, tendo em vista as fiscalizações a que os mesmos passaram a ser submetidos periodicamente.

Desagregando-se a análise em nível dos principais produtos, cabe assinalar que, além das 6,0 milhões de toneladas de milho existentes em AGF e EGF, a previsão é de que o Governo venha a receber em produto cerca de 1,3 milhão de

**Quadro 1. Estoques do Governo federal.**

(em toneladas)

PRODUTOS	EGF		AGF		EGF + AGF		VARIACÃO DO ESTOQUE
	Out/96	Out/97	Out/96	Out/97	Out/96	Out/97	
ARROZ	931.550	596.212	1.827.747	870.608	2.759.297	1.466.820	-1.292.477
FEIJÃO	11.734	939	43.193	20.305	54.927	21.244	-33.683
MILHO	3.476.526	2.659.428	1.042.245	3.369.572	4.518.771	6.029.000	1.510.229
TRIGO	3.099	1.677	27.636	19.597	30.735	21.274	-9.461
SOJA	19.029	66.964	43	289	19.072	67.253	48.181
OUTROS (*)	578.526	492.011	106.640	41.929	685.166	533.940	-151.226
<b>TOTAL</b>	<b>5.020.464</b>	<b>3.817.231</b>	<b>3.047.504</b>	<b>4.322.300</b>	<b>8.067.968</b>	<b>8.139.531</b>	<b>71.563</b>

Fonte: Banco do Brasil

(\*) Dados referentes ao mês de setembro.

toneladas por conta do pagamento da primeira parcela da securitização da dívida agrícola e 1,0 milhão de toneladas correspondentes ao vencimento dos contratos de opções. Faz parte da estratégia de abastecimento, entretanto, evitar que esse volume de produto, além daquele atrelado ao custeio da última safra, venha incorporar-se aos estoques públicos, utilizando-se para tal finalidade os leilões de PEP — Prêmio de Escoamento de Produto.

Com o início dos leilões, os preços do milho já dão sinais de arrefecimento, após a alta de 17,5% ocorrida até meados de outubro relativamente à posição vigente no início de setembro. Por intermédio do PEP (já foram vendidas 876 mil toneladas na atual temporada), — mecanismo que consiste no pagamento pelo Governo da diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo, ao mesmo tempo que fica assegurado o recebimento do preço mínimo pelos produtores rurais, — viabiliza-se a transferência do milho localizado, em sua maioria, na região Centro-Oeste diretamente aos segmentos consumidores.

No final da temporada 1996/97, estima-se que o estoque de passagem de milho deverá situar-se em torno de 6,4 milhões de toneladas, revelando-se menor do que o registrado nos três anos anteriores, mas equivalente a mais de um mês e meio de consumo, indicando um quadro de suprimento que afasta qualquer possibilidade de altas especulativas de preços.

Com relação ao arroz, o nível atual dos estoques públicos (da ordem de 1,5 milhão de toneladas em AGF e EGF)



está abaixo daquele existente há um ano, mas revela que o Governo dispõe de graus de liberdade para continuar intervindo no mercado, haja vista a programação semanal dos leilões, que prevê a oferta regular de 250 mil toneladas ao longo do mês de outubro.

Em termos de preços, o arroz, no Rio Grande do Sul, em nível de produtor, vem sendo cotado em torno de R\$ 15,00/sc. (tipo 2 - 50 kg), após o início dos leilões. Em bases anuais, o preço desse cereal subiu cerca de 23%, o que vem intensificando a entrada do produto importado proveniente da Argentina e do Uruguai — principais fornecedores do mercado brasileiro.

O estoque de passagem de arroz, embora menor do que o registrado em anos anteriores, deverá situar-se em 917 mil toneladas, o que equivale a aproximadamente um mês de consumo, revelando um quadro de suprimento que ajustado, mas sem problemas de abastecimento.

Quanto ao feijão (R\$ 33,00/sc.60 kg — carioca luxo — Bolsa de Cereais de São Paulo), os preços estão estáveis e situando-se 42% abaixo da cotação registrada no mesmo período do ano anterior. O reduzido volume dos estoques públicos e a possibilidade da safra das águas vir a ser afetada por problemas climáticos não deverão causar dificuldades. No curto prazo, há disponibilidade de feijão irrigado (3ª safra) em mãos do setor privado e a oferta já começa a aumentar com o início da colheita da principal safra do produto. Além disso, não menos importante é o fato de o País contar com três safras anuais — planta-se e colhe-se feijão



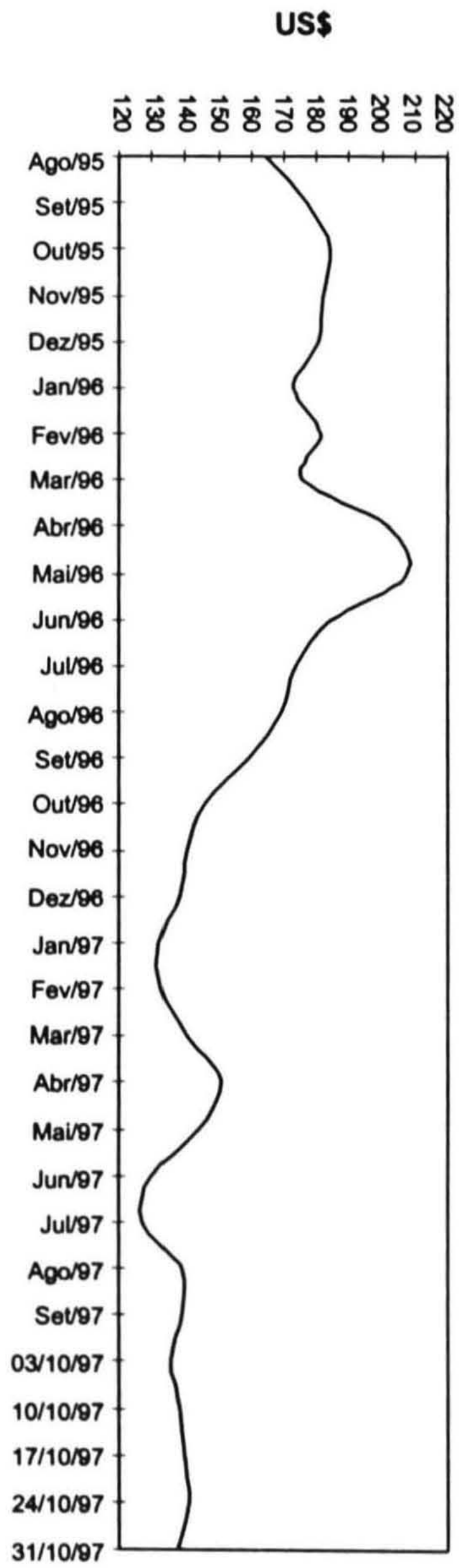
durante o ano todo —, sendo que o próprio mercado se encarrega de assegurar a normalidade do abastecimento.

No que diz respeito a trigo e soja, basicamente, os preços são formados no mercado internacional. No caso do trigo, após o pico registrado em maio de 1996, as cotações recuaram e vêm se mantendo em torno de US\$ 140/ton. ao longo do corrente ano (Gráfico 1). Nos próximos meses, os preços devem manter-se relativamente estáveis com tendência declinante, tendo em vista o quadro de recuperação dos estoques a nível mundial. Com efeito, a produção mundial de trigo na safra 1997/98 deverá expandir-se cerca de 3% relativamente à safra passada, situando-se em torno de 600 milhões de toneladas, o que significa um volume superior ao consumo mundial, estimado em 583 milhões de toneladas.

Quanto à soja, é natural na entressafra que os preços internos tendam para a cotação vigente no mercado internacional, o que está ocorrendo com maior intensidade este ano, tendo em vista o avanço das exportações brasileiras (o incremento foi de 138,4% no período jan.-set./97, relativamente ao mesmo período do ano passado). Até a entrada da safra nacional, o produto importado contribuirá para manter o mercado nacional normalmente abastecido, tendo como fonte de suprimento a safra recorde que está sendo colhida nos Estados Unidos, estimada em 74 milhões de toneladas (o que significa um acréscimo de 14,3% em relação ao ano anterior).

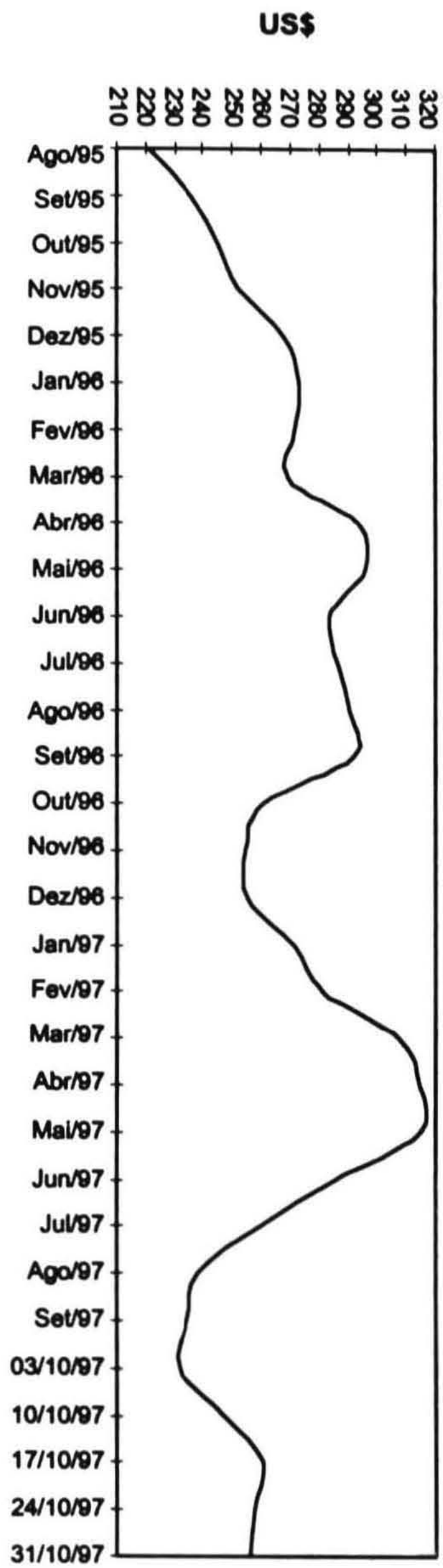
Ainda a propósito da soja, a recuperação da produção mundial na temporada 1997/98 (estima-se um incremento

**Gráfico 1.**



**TRIGO**

Gráfico 2.



**SOJA**

de cerca de 12% em relação ao período anterior) explica o recuo das cotações no mercado internacional relativamente à posição alcançada em maio/97 (Gráfico 2), quando os preços atingiram níveis excepcionalmente elevados. Registre-se que, mesmo diante desse recuo, os preços deverão manter-se em níveis remuneradores para os produtores por ocasião da colheita da safra nacional, que está estimada entre 28 e 30 milhões de toneladas, o que também constituirá um recorde, se as condições climáticas evoluírem favoravelmente.

Concluindo, há um nível regular e confiável de estoques públicos de milho e arroz que permite atravessar a entressafra brasileira sem grande volatilidade de preços. Além disso, faz parte da estratégia de abastecimento complementar as necessidades do consumo doméstico com importações, o que é normal numa economia aberta como a brasileira. Como não há indicações de altas de preços de *commodities* agrícolas no mercado internacional e as previsões indicam aumento na próxima safra brasileira de grãos, salvo problemas climáticos causados pelo fenômeno *El Niño*, não há razões para esperar pressões adicionais nos índices de preços nesta entressafra.

---

**José Roberto Mendonça de Barros e Evandro**, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

**Evandro Fazendeiro de Miranda**, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.



# **A Agricultura e o Resultado Fiscal de 1997**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **A Agricultura e o Resultado Fiscal de 1997**

*(Artigo publicado na Revista Preços Agrícolas,  
em maio/98)*

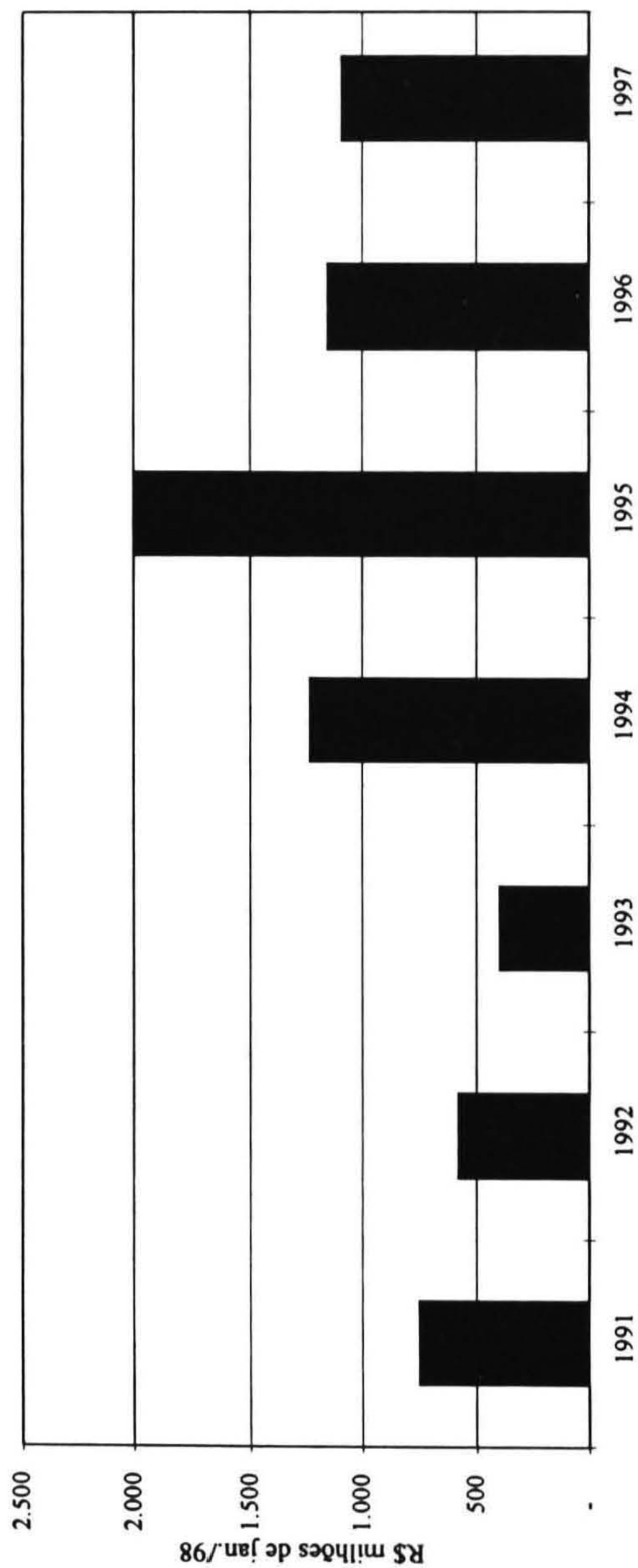
O objetivo deste artigo é mostrar que é falsa a hipótese que vem sendo levantada, atribuindo-se o desvio do resultado fiscal de 1997 aos gastos com a condução da política agrícola, tendo em vista três argumentos básicos.

Primeiramente, no que diz respeito às Operações Oficiais de Crédito — através das quais são efetuados os dispêndios relacionados às políticas de crédito rural (equalizações de taxas de juros nos financiamentos de custeio e comercialização agrícolas) e de preços mínimos —, registre-se que as despesas realizadas no ano passado foram as menores, em termos reais, desde 1993 (vide gráfico a seguir).

Os dados revelam, portanto, a maior eficiência com que vem sendo conduzida a política agrícola, considerando-se o avanço da produção rural, haja vista que, em 1993, o País colhia uma safra de grãos de cerca de 69 milhões de toneladas, volume bem menor do que o patamar atual, que é da ordem de 80 milhões de toneladas.

A propósito, cumpre registrar que esses ganhos de eficiência estão relacionados à introdução dos novos instrumentos de política agrícola, a exemplo do Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e dos Contratos de Opções, através

**Programa de Operações Oficiais de Crédito**  
**Evolução da Despesa com Subsídios e Equalização 1991-1997**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/MF. Elaboração: SPE/MF.



dos quais tem sido possível assegurar o pagamento do preço mínimo ao produtor rural, sem que isso implique em transferência de produto para as mãos do Governo. Ou seja, o agricultor recebe a diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, transferindo-se a tarefa de carregar estoques para o mercado, o que implica em menores custos para o Tesouro Nacional.

O segundo argumento está relacionado ao suposto gasto de R\$ 1,1 bilhão, referente à emissão de títulos públicos, em out/97, para pagamento das despesas com a securitização da dívida dos agricultores com débitos no valor de até R\$ 200 mil. Desse total, é preciso deduzir a quantia de cerca de R\$ 700 milhões, que corresponde ao pagamento pelos agricultores da primeira parcela da dívida repactuada, resultando num custo bem menor para o Tesouro Nacional, equivalente a R\$ 400 milhões, referentes a equalização de taxa de juros pelo período de dois anos. Trata-se de um dispêndio relativamente pequeno - considerando-se a dimensão do déficit público - face aos benefícios dele decorrentes, que resultaram na restauração da liquidez da agricultura.

Quanto à rolagem da dívida dos agricultores no valor acima de R\$ 200 mil - que é o terceiro argumento a ser considerado -, por não ter sido ainda realizada, não pode ser computada no déficit apurado em 1997, até mesmo porque não implicará em qualquer ônus para o Tesouro Nacional. Para habilitar-se à essa renegociação, os agricultores deverão adquirir títulos públicos "carecas", com prazo de vencimento de 20 anos, cujo valor presente corresponda ao montante de suas dívidas, entregando-os aos agentes financeiros como lastro para a operação de financiamento repactuado, devendo pagar juros equivalentes à variação do IGPM + 8 a

10% ao ano, dependendo do valor da dívida, o que não constitui nenhum favorecimento.

É preciso esclarecer também que a taxa de desconto de 12% ao ano, utilizada para calcular o valor presente dos títulos em questão é menor do que aquela atualmente paga pelo Tesouro Nacional. Há sempre a opção para o Tesouro Nacional de recompra desses papéis, caso a taxa de juros de mercado venha a ficar menor do que a citada taxa de desconto. Além disso, trata-se de ampliar o prazo de rolagem da dívida pública, o que somente é possível ocorrer num ambiente de estabilidade monetária, como vivemos no País a partir da implantação do Real. Finalmente, o valor recebido por esses títulos será deduzido dos leilões normais do Tesouro Nacional, não implicando aumento do volume da dívida pública.

A oportunidade é adequada para alertar que, em 1998, um “esqueleto” intitulado EGF-Especial virá ao conhecimento da sociedade, não podendo ser também computado na conta do déficit de 1997 por não ter sido ainda “retirado do armário”. É preciso equacionar essa questão, tão rapidamente quanto possível, de forma a resolver as pendências do passado relacionadas à agricultura, pois essas operações referem-se a financiamentos à comercialização agrícola, sob a modalidade de Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda (EGF-COV), vencidos e sistematicamente prorrogados desde 1992.

Esses financiamentos, embora tenham sido quitados pelos agricultores, mediante a entrega de produto por ocasião de seu vencimento, não foram liquidados pelo Tesouro

Nacional junto ao agente financeiro por insuficiência orçamentária naquela época. Trata-se, portanto, de promover a liquidação dessas operações de EGF-Especial, mediante a entrega de títulos públicos ao Banco do Brasil, ao invés de continuar efetuando pagamentos a essa instituição financeira sob a forma de equalização de taxa de juros. Ou seja, o Tesouro Nacional quitará esses débitos, recebendo em troca os ativos correspondentes, o que não implicará em dispêndio fiscal.

Concluindo, os gastos relacionados à política agrícola, efetuados pelo Tesouro Nacional em 1997, revelam-se relativamente pequenos em face do tamanho do déficit público apurado nesse ano e diante dos benefícios que representaram reconduzir a agricultura de volta à normalidade, tanto em termos de produção quanto de renda.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***





# **Agricultura: um elo forte**

*José Roberto Mendonça de Barros  
Guilherme Leite da Silva Dias  
Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **Agricultura: um elo forte**

*(Artigo publicado na Gazeta Mercantil, em maio/98)*

O objetivo desse artigo é contrapor-se a uma linha de argumentos que têm alegado desconsideração da atual política econômica para com a agricultura, a exemplo do último editorial da revista Conjuntura Econômica.

O argumento parte de um conceito ultrapassado, estabelecendo uma distinção entre produtos domésticos e exportáveis, desconsiderando que grande parte dos ditos exportáveis é destinada ao consumo doméstico. Excetuando-se o feijão e a mandioca, os produtos mais voltados para o consumo interno também têm evidente relação com preços internacionais.

Em 1995, milho e arroz tiveram seus preços deprimidos, ao mesmo tempo que atingiram os mais elevados níveis de estoques reguladores, indicando que não se faz sustentação de renda agrícola com preços mínimos acima do mercado internacional. A tentativa de conter a queda de preços desses produtos, inclusive o algodão, beneficiou o produtor estrangeiro.

Diante disso, a resposta do governo foi introduzir novos instrumentos de intervenção (Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e Contratos de Opções), possibilitando que os preços internos dos produtos agrícolas convergissem para o equilíbrio, desestimulando as importações excessivas (como

ocorreu entre 1992 a 1994), comprovando a maior eficiência desses instrumentos.

A redução no prazo de financiamento (fev./95), impedindo arbitragens financeiras nas importações de milho e arroz é uma lastimável omissão do redator do editorial. A mesma medida foi proposta para o algodão, embora não tendo sido adotada, fez com que o governo optasse pelas restrições quantitativas à importação de produtos têxteis.

Outro argumento ultrapassado consiste em analisar o desempenho da agricultura com base na área colhida, pois o aumento de produtividade e a redução de custos são os elementos que explicam o seu dinamismo, gerando custos inevitáveis em termos de desemprego estrutural, atingindo aqueles segmentos que não se ajustam aos novos padrões tecnológicos. Por essa razão, a agricultura familiar e a reforma agrária ganham crescente importância na política oficial. Entretanto, o editorial é tão parcial que não reconhece a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – como instrumento de integração dos agricultores de base familiar às cadeias produtivas. No âmbito do Pronaf, foram concedidos cerca de R\$ 2,4 bilhões de financiamentos, com taxa de juros de 6,5% a.a., tendo beneficiado aproximadamente 500 mil agricultores em 1997.

A questão da reforma agrária também é omitida, deixando de mencionar que foram assentadas 62 mil famílias por ano, em média, no período 1995/97 ( 8,5 vezes mais do que a média do período 1964/94). A queda no preço da terra é um efeito econômico inevitável da estabilidade monetária,



pois a mesma deixa de funcionar como reserva de valor, resultando num efeito riqueza negativo, que gera um mal estar óbvio entre aqueles que a detinham como reserva de valor, não sendo o caso de quem produz alimentos.

Quanto à política de comércio exterior, procede a crítica de que o imposto de importação dos produtos agrícolas é menor do que o vigente para os setores com os quais a agropecuária transaciona. A inversão dessa situação em favor da agricultura, por tratar-se do principal setor produtor de bens de salário, não é uma questão trivial de política agrícola, nem um espaço de decisão exclusivo das autoridades econômicas, pois num ambiente democrático, o interesse agrícola não pode ser tratado de forma autônoma.

Ao tratar da taxa de câmbio, o editorial desconsidera que a desoneração do ICMS nas exportações agropecuárias não pode ser omitida em qualquer análise sobre a política agrícola recente, independentemente da discussão acerca da sobrevalorização cambial, pois a medida teve forte impacto sobre a renda dos setores exportadores competitivos.

Quanto aos juros, a trajetória decrescente foi maior para a agricultura do que para o resto da economia. A prefixação dos encargos financeiros no crédito rural (9,5% a.a.) representou uma redução de custos que beneficiou ampla gama de agricultores, registrando expansão nominal de 55,4% em 1997. Além disso, o texto não faz qualquer menção à “63 Rural” (US\$ 8,2 bilhões de recursos externos no período 1995/97) e à entrada do BNDES nos financiamentos à indústria para a compra do algodão nacional (R\$ 400 milhões),

em ambos os casos, ampliando a liquidez para o *agribusiness*.

A securitização da dívida rural, também omitida no editorial, ao promover a rolagem da dívida de cerca de 300 mil produtores no valor de até R\$ 200 mil, restaurou a liquidez da agricultura. Numa segunda etapa, estão sendo implementados o programa de reestruturação das cooperativas e a renegociação das dívidas dos agricultores com débitos acima de R\$ 200 mil, avançando no processo de saneamento financeiro do setor rural. Esse problema, todavia, não pode ser totalmente resolvido pelo governo, tendo em vista a elevada concentração de débitos nas mãos de poucos devedores, demonstrando que não existe solução sem alguma perda patrimonial.

Quanto à estrutura tributária, estamos de acordo que ela prejudica a produção agrícola comercializada no mercado interno em função da complexibilidade que envolve a incidência de três impostos sobre o consumo (IPI/ICMS/ISS), além das taxações em cascata (PIS/Pasep/Cofins), o que também vale tanto para os produtos agrícolas ditos exportáveis, quanto para os industrializados e os serviços. A proposta de reforma tributária, em gestação, procura corrigir essas distorções.

O alegado volume de empregos perdidos na lavoura de algodão é um exagero, pois estamos falando, em larga medida, da redução do uso de mão-de-obra temporária na colheita e não em postos de trabalho perdidos, uma vez que parte da mão-de-obra ocupada nas áreas anteriormente utilizadas com o cultivo do algodão foi reaproveitada nas la-

vouras que a substituíram. É preciso reconhecer também que a colheita mecanizada do algodão decorre da necessidade de redução de custos para manter a lavoura competitiva e das exigências requeridas em termos de qualidade pela indústria têxtil. A produção de algodão deverá apresentar um crescimento de cerca de 70% na safra 1997/98 em relação à temporada anterior.

O período de transição de quatro anos para um novo modelo de desenvolvimento não é muito longo, mas é tempo suficiente para os analistas compreenderem que, no novo modelo, é normal exportar na safra e importar na entressafra, ao contrário do que ocorria no passado, quando a economia funcionava num regime quase de autarquia. No caso das atividades ligadas à agricultura, o que importa é a conta líquida do comércio exterior de produtos de origem rural, cujo resultado pode ser avaliado no saldo crescente da Balança Comercial Agrícola, que evoluiu de US\$ 12,6 bilhões, em 1996, para US\$ 15,1 bilhões, em 1997, deixando claras as vantagens comparativas que o País dispõe nos negócios relacionados à agricultura.

Concluindo, a agricultura não é “o elo mais fraco” como sugere o editorial da revista *Conjuntura Econômica*, haja vista tratar-se do setor mais aberto da economia (exporta cerca de ¼ do PIB Agrícola), tendo registrado ganhos significativos de produtividade nos últimos anos (32% no período 1986/96). Esses indicadores não deixam dúvida que agricultura vem se ajustando, inserindo-se cada vez mais no novo modelo de desenvolvimento brasileiro, não sendo por outra razão que ela vem sendo fortemente apoiada pelo Go-



verno — inclusive foi o setor mais preservado das medidas adotadas para enfrentar os efeitos da crise asiática —, levando-nos a reafirmar seu destacado papel na estratégia de consolidação da estabilidade monetária e de retomada do crescimento econômico, em bases sustentadas.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior.***

***Guilherme Leite da Silva Dias, Secretário de Política Agrícola, 1995/97; Professor da FEA/USP.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da SPE/MF.***



***O El Niño***  
**e os Velhos Argumentos**

*José Roberto Mendonça de Barros*  
*Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **O *El Niño* e os Velhos Argumentos**

*(Artigo publicado no Correio Braziliense, em 12/06/98)*

Os efeitos sobre a produção agrícola provocados pelo fenômeno climático *El Niño*, que levaram à revisão da safra brasileira de grãos de cerca de 80,8 para 78,2 milhões de toneladas na temporada 1997/98, reacenderam as discussões em torno das importações de alimentos. A propósito, é absurda e anedótica a avaliação feita por um conhecido economista de oposição, no último Fórum Nacional (RJ), referindo-se às importações de cacau como deficiência da atual política agrícola, sabendo-se que essas importações decorrem dos graves problemas estruturais que vêm afetando o rendimento da lavoura cacaueira, devido à infestação pela doença **vassoura-de-bruxa**, cuja solução somente poderá ser fornecida pela pesquisa agrícola, a médio e longo prazos.

Em resposta a essa linha de argumentos (velhos e repetidos), é preciso reafirmar que é perfeitamente normal exportar na safra e importar na entressafra, a exemplo do que ocorre em qualquer país que opera em regime de economia aberta.

Outro aspecto que precisa ser mencionado é que, após quatro anos de clima favorável, não seria improvável uma quebra de safra como ocorreu na atual temporada (seca no

Nordeste e chuvas excessivas no Sul do País), tornando necessário importar quantidades adicionais de milho (400 mil toneladas) e de arroz (300 mil toneladas), além do que estava previsto, o que não constitui nenhum desastre, mas uma contingência climática desfavorável.

Outro tipo de argumento que vem prosperando atribui a necessidade dessas importações aos estoques públicos de alimentos, que se encontram em níveis relativamente baixos (5,1 milhões de toneladas de grãos). Contra essa tese, no caso do feijão, os estoques são reduzidos, simplesmente, por que o produto perde qualidade com o tempo. Como o feijão não é disponível no mercado internacional, salvo alguns tipos especiais, o ajuste decorrente de quebras de safras, como a atual, tem de se processar, necessariamente, via preços. Entretanto, como planta-se e colhe-se feijão durante o ano todo no País (há três grandes safras anuais), a oferta tende a normalizar-se rapidamente, o que deverá ocorrer já a partir de junho, com a entrada no mercado da safra de feijão irrigado, estimada em 400 mil toneladas (32,5% acima da colheita passada).

Na verdade, a formação de elevados estoques públicos, resultante de preços mínimos altos, ao contrário do que tem sido alardeado, acaba estimulando importações excessivas, a exemplo do que ocorreu entre 1992 a 1994. Cumpre observar também que, em 1995, justamente quando os estoques desses produtos atingiram os mais elevados níveis (11 milhões de toneladas de milho e mais de 5 milhões de arroz), os preços mostraram-se sensivelmente deprimidos, evidenciando que não se faz sustentação de renda agrícola



com preços mínimos acima do mercado internacional. A experiência mostra, portanto, que a tentativa de conter a queda de preços de produtos agrícolas com os mecanismos tradicionais de intervenção, atrelados à política de garantia de preços mínimos (isto vale também para o algodão), acaba beneficiando o produtor estrangeiro.

É preciso, portanto, reconhecer as limitações de uma política de estoques públicos de alimentos no contexto de uma economia aberta, inclusive em função dos elevados custos de carregamento a ela associados (juros, armazenamento, quebra de qualidade, etc), razão pela qual o atual Governo trocou a forma de intervenção nos mercados agrícolas, optando pela introdução do Prêmio de Escoamento de Produto — PEP. Por intermédio desses leilões de subsídios — utilizado com sucesso nos casos do trigo, milho e algodão — assegura-se o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado ao produtor rural, ao mesmo tempo que reduz custos para o Tesouro Nacional e mantém-se os preços agrícolas internos alinhados com o mercado externo.

Convém deixar claro, ao contrário do esperado, que o *El Niño* colocou um imposto sobre a produção brasileira de alguns produtos agrícolas, o que ocorreu de modo mais acentuado no caso do feijão (daí a alta de 60% no preço desse produto no último mês). Em menor escala, esse imposto climático incidiu também sobre a produção de arroz (o preço subiu 16% no último mês), até mesmo porque afetou a produção dos vizinhos do Mercosul, tradicionais fornecedores, razão pela qual o Governo reduziu a alíquota de impor-

tação e o prazo de financiamento das importações. No caso do milho, o impacto foi menor (3% no último mês), mas contribuiu para trazer o preço desse cereal para a paridade de importação (R\$ 10,20/sc 60 kg), viabilizando a entrada do produto estrangeiro, disponível em larga escala no mercado internacional.

Cabe esclarecer, todavia, que mesmo com os problemas climáticos causados pelo *El Niño*, ainda assim, a produção de grãos mantém-se no mesmo patamar alcançado no ano passado (78 milhões de toneladas). Com efeito, em 1998, a colheita de soja deverá atingir um recorde de cerca de 31 milhões de toneladas, gerando divisas da ordem de US\$ 4,8 bilhões (grão+farelo+óleo) e a produção de algodão deverá expandir-se em cerca de 47%, o que implicará em redução de importações da ordem de US\$ 150 milhões.

Como a agricultura não é constituída somente de grãos (vide matéria publicada no jornal OESP, em 24/05/98), é importante registrar que a safra de café também deverá recuperar-se de modo expressivo na atual temporada (31,2 milhões de sacas), com incremento previsto de 65% em relação ao ano anterior, o que permitirá exportações da ordem de US\$ 2,8 bilhões (cru+solúvel) em 1998. A lavoura de cana-de-açúcar também registra bom desempenho no corrente ano agrícola, viabilizando um volume recorde de exportações de açúcar (7,5 milhões de toneladas), que deverão gerar divisas da ordem US\$ 2,0 bilhões. Em que pese a redução de cerca de 30% na produção de laranja na safra 1998/99 (a lavoura está sendo afetada pela doença amarelinho), as exportações de suco de laranja deverão recuperar-se (o preço subiu 35% em bases anuais), gerando divisas da

ordem de US\$ 1,2 bilhão em 1998.

Concluindo, o choque negativo de oferta agrícola provocado pelo *El Niño* foge ao controle da atual política agrícola. É preciso, portanto, sair do palanque político-ideológico e passar a analisar as questões relacionadas à agricultura com base na racionalidade econômica, de modo a não retardar a agenda de mudanças nos instrumentos de política agrícola, que têm como um de seus principais objetivos inserir, crescentemente, esse importante setor da atividade econômica nos fluxos de comércio internacional.

---

***José Roberto Mendonça de Barros, Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior.***

***Evandro Fazendeiro de Miranda, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.***





# **Considerações Finais**

**(Agricultura: desafios e perspectivas)**

*José Roberto Mendonça de Barros*  
*Evandro Fazendeiro de Miranda*



## **Considerações Finais**

### **(Agricultura: desafios e perspectivas)**

Ao finalizar esta coletânea de artigos, uma vez assegurada a volta da agricultura à normalidade, tanto em termos de produção quanto de renda, concluindo uma difícil transição (1995/97) que caracterizou-se pelo lançamento de vários instrumentos de política agrícola, cabe uma reflexão acerca dos desafios a serem enfrentados, tendo em vista a estratégia de inserção desse importante setor da atividade econômica no novo modelo de desenvolvimento brasileiro.

O relacionamento interno das cadeias produtivas, que constitui um dos paradigmas desse novo modelo, está exigindo uma mudança de mentalidade por parte dos agentes que participam da atividade agrícola e dos segmentos a ela conectados, que implica em abandonar as desconfianças mútuas e a visão de que atuam em campos opostos, como se não fizessem parte do mesmo negócio. Trata-se, portanto, de evoluir para uma postura mais cooperativa que pressupõe o gerenciamento dos negócios, levando-se em conta desde os fornecedores de insumos, passando pelos produtores rurais e processadores de matérias-primas, até os responsáveis pela distribuição e venda no varejo.

Essa mudança na logística de organização — na qual o cliente é o foco das atenções e os métodos de gestão baseiam-se em parcerias e na terceirização —, ganhou impulso com a abertura comercial, no início da década de noventa, mas assumiu contornos mais nítidos somente a partir da in-

trodução do Real. Nesse ambiente de maior competição e diante da clareza por parte dos agentes econômicos das mudanças nos preços relativos, as ineficiências existentes no funcionamento da economia já não podem ser inteiramente repassadas aos preços, ao contrário do que acontecia no velho modelo, quando essa era a regra.

Nessas circunstâncias, impõe-se uma visão cada vez mais integrada dos negócios por parte do setor privado, de modo a assegurar ganhos de produtividade e melhorias da qualidade, que constituem requisitos essenciais para assegurar a competitividade dos empreendimentos a médio e longo prazos, o que reforça a ênfase que deve-se atribuir ao conceito de cadeias produtivas no *agribusiness*. Soma-se, ainda, a necessidade de prosseguir com as ações governamentais voltadas para redução do chamado **custo Brasil** com vistas a ampliar a competitividade sistêmica da economia, o que está sendo feito com a aceleração das privatizações — que asseguram ganhos de eficiência, principalmente, no campo da infra-estrutura — e com a adoção de medidas de natureza tributária e financeira que, no caso da agricultura, têm-se revelado especialmente vigorosas.

Diante dessas transformações, que estão conferindo novos contornos ao modelo de desenvolvimento brasileiro, no qual a agricultura cumpre destacado papel, é fundamental o equacionamento de quatro questões básicas a ela diretamente relacionadas. Em primeiro lugar, é preciso resolver, tão rapidamente quanto possível, as pendências do passado, o que implica em promover: a) a renegociação das dívidas dos agricultores acima de R\$ 200 mil, não contempladas pela securitização; b) o Programa de Reestruturação das Coope-



rativas (Recoop); c) a regularização das pendências financeiras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — Proagro; e d) a liquidação dos chamados EGF-Especial. Tratam-se de questões já encaminhadas no âmbito do Governo, sendo que, no caso do Proagro, o assunto foi praticamente resolvido com a regularização de débitos do programa da ordem de R\$ 1,0 bilhão a partir de 1996.

A segunda questão a ser enfrentada consiste na montagem de uma estratégia para a comercialização da safra 1997/98, tendo em vista o quadro macroeconômico atual que não é favorável ao carregamento de estoques por parte da iniciativa privada. Com efeito, as elevadas taxas de juros, que decorrem das medidas de ajuste adotadas para enfrentar os efeitos da crise asiática (embora já tenha retornado ao patamar vigente em set./97, anterior à mencionada crise), estão exigindo a calibragem no uso dos recursos disponíveis, buscando conferir a liquidez necessária aos agentes envolvidos na comercialização da safra. Os preços dos produtos mais voltados para o consumo doméstico estão firmes, até mesmo porque houve quebra de safra por conta do *El Niño*.

A esse respeito, convém registrar que o Conselho Monetário Nacional flexibilizou o uso dos recursos das exigibilidades bancárias (empréstimos com taxas pré-fixadas de 8,75% a.a. atualmente) para a compra de Cédula de Produto Rural — CPR pelos beneficiadores de algodão, milho e arroz. Além disso, adotou medidas especificamente direcionadas para a lavoura de algodão, estendendo às indústrias o acesso aos recursos da citada fonte para compra de algodão em pluma diretamente das usinas de beneficiamento, com prazos de pagamento de 240 dias. No caso do algodão, é

importante ressaltar também a criação de linha especial de crédito no âmbito do BNDES (R\$ 400 milhões), que amplia os recursos disponíveis para financiar as aquisições pela indústria nacional do algodão produzido no País.

Com relação à atual safra brasileira de grãos, cumpre observar que, a despeito da crise asiática, não há um quadro de excedente de oferta. Na verdade, com exceção do Japão e da China (os dois grandes mercados consumidores daquela região), a participação dos demais países atingidos pela crise representa apenas cerca de 5% das vendas externas brasileiras, afetando pouco o desempenho de nossas exportações, incluindo as de origem agropecuária. Convém registrar que o aumento de competitividade naqueles países decorrente das desvalorizações nominais de suas moedas, em parte, é anulado pelo aumento da inflação daí decorrente e também pelas pressões adicionais de custos, com efeitos desarticuladores sobre o sistema produtivo. Ao final desse processo de desvalorizações nominais da taxa de câmbio, a experiência internacional mostra que o ganho real acaba sendo menor do que o esperado. Soma-se ainda o fato de que, a curto prazo, a capacidade de ampliação da oferta é rígida, o que limita a possibilidade desses países ampliarem de forma significativa sua participação no comércio internacional, em detrimento das exportações brasileiras.

Desagregando-se a análise a nível dos principais produtos, depreende-se que o acréscimo da produção de soja deverá ser absorvido pelo mercado externo, a despeito do crescimento da produção e dos estoques mundiais, pois a demanda segue crescendo, inclusive na China que é um grande importador dessa oleaginosa e de seus derivados.



Com relação ao arroz e milho, cuja oferta está voltada para o mercado interno, os quadros de suprimento para ambos os produtos mostram-se ajustados, no caso do arroz, o estoque de passagem (fev./98) é o menor nos últimos dez anos. Os preços do milho deverão manter-se acima daqueles vigentes no ano passado, considerando-se a redução da produção na atual temporada (-8,8%) e o nível menor do estoque de passagem projetado para o final da safra 1997/98. Diante disso, os agricultores reagiram positivamente, aumentando em 4,3% a área de milho da segunda safra, estando prevista uma colheita recorde da chamada safrinha, estimada em cerca de 5 milhões de toneladas, o que significa uma expansão de 27% em relação ao resultado obtido no ano passado.

Quanto ao algodão, em que pese o aumento da produção interna na temporada 1997/98, a safra será adquirida pela indústria nacional, em substituição a importações, não havendo espaço para quedas de preços, uma vez que as cotações, após baterem no limite de baixa tanto internamente quanto no mercado internacional, voltaram a subir, conforme sinalizam os mercados futuros. Há recursos disponíveis para financiar a comercialização da safra dessa matéria-prima, com prazo de pagamento e encargos financeiros compatíveis com os vigentes no mercado externo.

Quanto ao trigo (trata-se de uma cultura de inverno), a produção doméstica representou cerca de 1/3 do consumo nacional (8,5 milhões de toneladas) nos últimos dois anos, indicando a necessidade de importações da ordem de 5 a 6 milhões de toneladas anuais. Os preços desse cereal recuaram em função dos aumentos da produção (4,6%) e dos

estoques (22%) mundiais na safra 1997/98, mas bateram no limite inferior, de acordo com as sinalizações dos mercados futuros.

Nos casos das lavouras permanentes, a despeito do aumento significativo da produção nacional de café (65% em relação à safra passada), os estoques ainda estão situados em níveis considerados baixos, o que assegura preços para essa *commoditie* em torno da média dos últimos dez anos no mercado externo (US\$ 150/saca), embora menores do que as elevadas cotações registradas no ano passado (US\$ 243/saca — NY). Quanto à laranja, o quadro é de relativa escassez com a redução esperada da safra nacional (o Brasil é o maior produtor mundial de laranja e também o maior produtor e exportador de suco de laranja concentrado), o que explica a elevação dos preços do suco de laranja no mercado internacional.

A terceira grande questão consiste em acelerar a evolução do atual sistema de crédito rural, ainda dependente de recursos oficiais, cujas fontes fiscais estão esgotadas, para um modelo auto-sustentado de captação e aplicação de poupanças privadas no âmbito do sistema financeiro. Trata-se de um desafio que exigirá, por sua vez, dotar o mercado de capitais do País dos mecanismos que possibilitem a transposição dos quatro principais riscos (produção, preço, juros e câmbio) associados à atividade agroindustrial, o que possibilitará que a liquidez flua nos diversos elos das cadeias produtivas.

Como o risco ligado à produção é muito elevado, pois depende das oscilações climáticas, o custo de implantação



de um seguro rural não se viabiliza em bases inteiramente privadas. Diante disso, definindo-se os estímulos que o Governo concederá, será alavancada a participação das seguradoras privadas, circunstância em que o Proagro seria reformulado, passando a constituir-se como um programa para atender, basicamente, aos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Pronaf) e do Programa de Crédito para a Reforma Agrária — Procera.

Quanto ao risco de preços, a saída é estimular os agricultores e os processadores de matérias-primas a recorrerem aos mercados futuros e de opções para administrar seus riscos e obter garantias de preços. Trata-se, portanto, de consolidar os instrumentos já lançados (CPR, Opções) e ampliar sua utilização, inclusive permitindo a liquidação financeira da Cédula de Produto Rural — CPR e de outros títulos semelhantes, com base nas cotações vigentes em bolsas de futuros.

Com relação às flutuações da taxa de câmbio e de juros, o mecanismo que permite a transferência desses riscos são os chamados contratos de *swap*. O estímulo à utilização desse instrumento no *agribusiness* permitirá resolver os problemas de descasamentos entre moedas e taxas de juros nos financiamentos realizados com lastro em moeda estrangeira (por exemplo: CPR/63 Rural), cabendo às instituições financeiras monitorar os riscos associados a esses contratos mediante a realização de operações de *hedge*. No caso do risco cambial, registre-se que parte do sistema agrícola já é *hedgeado*, tendo em vista o elevado nível de transações externas que envolve os negócios agroindustriais.

Adicionalmente, cumpre assinalar que o avanço do processo de modernização da economia brasileira está requerendo a implantação de uma reforma tributária que venha desonerar o conjunto das atividades produtivas, incluindo-se a agricultura. A unificação dos impostos sobre o consumo (IPI/ICMS/ISS), criando o Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA), assim como a eliminação das contribuições sociais (PIS/Pasep/Cofins), que incidem em cascata, promoveriam a simplificação dos tributos e reduziriam custos, ampliando a competitividade de diversos setores da economia com reflexos positivos sobre a renda e o emprego. A pecuária constitui um exemplo claro de como essa estrutura tributária vem inviabilizando a modernização de toda a cadeia produtiva, haja vista o afastamento de grandes grupos da industrialização da carne bovina, o que vem se agravando com a guerra fiscal entre os Estados nos últimos tempos.

A propósito da legislação que disciplina as atividades ligadas ao setor rural, a exemplo da Lei Agrícola, Lei de Armazenagem, Lei de Classificação de Produtos Vegetais, Manual de Crédito Rural — MCR etc, é preciso promover uma revisão desses marcos regulatórios, que se mostravam adequados à realidade de uma agricultura inserida no velho modelo, baseado em proteção tarifária e na concessão de elevados subsídios via crédito rural.

Em decorrência desse último aspecto mencionado, cumpre abordar dois outros não menos importantes, estando o primeiro relacionado ao fato de que, no contexto de uma economia aberta, é imprescindível avançar na direção de uma política comercial que assegure o uso de mecanismos efetivos de proteção contra subsídios adotados na origem e de-



mais práticas desleais de comércio. Nesse sentido, é preciso enfrentar procedimentos lesivos aos interesses do País, mediante a utilização mais intensiva do sistema de defesa comercial, buscando transformar, no âmbito da OMC, a rotina que permite a utilização dos mecanismos de salvaguardas. Ademais, é necessário também promover a harmonização das políticas no âmbito do Mercosul, envolvendo tanto matérias de natureza tributária, como questões relacionadas a regras sanitárias.

O outro aspecto está relacionado à concessão de subsídios, requerendo a consolidação de uma estratégia que consiste em transferir a chamada agricultura comercial para as regras de mercado, à medida que for sendo consolidada a rede de proteção baseada nos modernos métodos de gerenciamento de riscos, reservando-se os escassos recursos públicos para os agricultores de base familiar e a reforma agrária. Ainda a esse respeito, é preciso promover a integração das políticas agrícola e fundiária num esforço para trazer o público do Proceca, gradativamente, para o segmento que é atendido pelo Pronaf, assim como desse último para a agricultura comercial, prosseguindo numa rota natural que conduza ao progresso os cidadãos que lidam na atividade rural.

Finalmente, é preciso deixar claro que a agricultura reúne as condições necessárias para responder ao desafio que representa modernizar o País, haja vista tratar-se do setor mais aberto da economia (exporta cerca de  $\frac{1}{4}$  do PIB agrícola), tendo registrado ganhos excepcionais de produtividade nos últimos anos (32% no período 1986/96, o que equivale a 2,8% a.a. em média). Diante desses indicadores, é perfeitamente factível transformar as vantagens compara-

tivas que dispomos no *agribusiness* num grande salto de competitividade: seguramente, talento empresarial e capacidade de resposta de nossos agricultores não faltarão, desde que superemos os desafios aqui mencionados, cuja remoção faz parte da agenda de preocupações do atual Governo.

---

***José Roberto Mendonça de Barros***, Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior.

***Evandro Fazendeiro de Miranda***, Coordenador-Geral de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica/MF.



# Embrapa

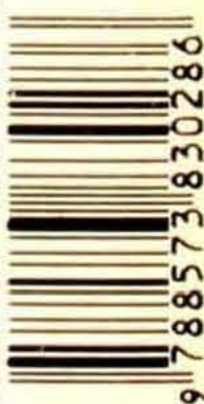
*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Serviço de Produção de Informação  
Ministério da Agricultura e do Abastecimento*

CGIPE

807

*Produção editorial, impressão e acabamento  
Embrapa Produção de Informação*

ISBN 85-7383-028-X



9 788573 830286